



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Departamento de Economia



Grupo de Estudos e Pesquisa em
Conjuntura
Economia - CCJE - UFES

BOLETIM Nº 61

NOVEMBRO DE 2019

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao mês de novembro e, numa perspectiva realista, não há muito mais o que esperar em termos de fatos novos que revertam o quadro de baixo crescimento no qual a Economia Brasileira se encontra desde 2017. Os otimistas insistem em lutar contra os números desanimadores que sinalizam que não há nada de concreto que possa afiançar prognósticos dessa natureza. Este ano vai seguir na mesma toada dos dois anteriores, conforme indicávamos desde o Boletim passado.

Não obstante, crescimento econômico e emprego são aspectos que parecem não preocupar ao governo federal, pois reputam ao mercado e ao investimento privado o papel de colocar a economia na rota que considera correta. Na visão de sua equipe econômica cabe ao governo apenas o ajuste fiscal, o aprofundamento das reformas do Estado, os processos de desregulamentação e as privatizações. O *déjà vu* dos anos 1990, que se percebe nas medidas econômicas adotadas relacionadas a esses aspectos macroeconômicos, já indica aos céticos que vamos vivenciar mais três anos de baixo crescimento e de níveis de desemprego elevados. Assim que uma reforma é aprovada, como é o caso da reforma da previdência promulgada em 12 de novembro, um leque infindável de outras reformas aparece na agenda governamental com renovação das promessas de retomada do crescimento. Todas elas voltadas para minimizar o tamanho do Estado na economia e, finalmente, chegar aos termos que o “andar de cima” pretende impor ao país desde o início dos 1990 e agora reencontra terreno amplamente favorável.

O radicalismo da equipe econômica nas reformas liberalizantes tem sido, em parte, amenizado pela atuação do Legislativo Federal, que alterou, no caso da reforma da previdência, aspectos pontuais que mitigaram medidas extremamente duras envolvendo, por exemplo, as condições de aposentadoria das mulheres, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a aposentadoria rural e o abono salarial.

As reformas da vez são novas investidas no campo trabalhista, a reforma tributária e a reforma administrativa. Mas o governo já sinalizou que deixará essas duas últimas para 2020.

Este Boletim 61 fará um balanço do comportamento da economia brasileira em 2019, com os dados disponíveis até setembro/outubro correntes. O ajuste fiscal estrutural com base prioritariamente no corte de gastos segue sendo a única política econômica priorizada pelo governo, enquadrando as demais frentes à sua lógica. O déficit primário tem caído gradualmente mas é preciso acompanhar também o que se verifica no plano dos estoques. A dívida mobiliária, principal componente da dívida pública, após sistemática melhora de perfil até junho de 2019 sinaliza desde julho uma rápida piora no seu perfil. As condições internas e externas desfavoráveis encurtaram de maneira rápida o prazo de vencimento de parcela dessa dívida. Por outro lado, a política fiscal contencionista, adotada desde fins de 2014, não tem dado os resultados prometidos pelo governo e seus apoiadores e a retomada do superávit primário tem sido a cada ano postergada. A LDO 2020 já projetou que isso só vai ocorrer após o final do mandato do atual presidente da república, em 2023.

Se em 2018 a indústria cresceu bem menos do que em 2017, em 2019, até setembro, ela apresentou retração. Houve um leve suspiro de recuperação da produção física de bens de capital e bens de consumo durável até o segundo trimestre, perdendo fôlego no terceiro trimestre. Uma possível razão desse suspiro de recuperação é a expansão do crédito à pessoa física, principalmente crédito para aquisição de veículos bem como crédito pessoal e no cartão de crédito. Por outro lado, ainda não houve a recuperação do crédito às pessoas jurídicas, a despeito do seu baixo custo.

Como consequência do baixo nível de atividade, a taxa de desocupação segue elevada, embora venha caindo de forma lenta, mantendo a tendência de crescer com base em trabalho informal. O que se vislumbra é um processo de ajuste econômico que tem como uma de suas bases os níveis salariais mais baixos e taxas de desemprego maiores.

Distintamente de 2019, a inflação apresentou tendência à redução indicando, ao contrário do que é veiculado na mídia, muito mais a fraqueza da economia do que sua robustez.

Por fim, manteve-se a deterioração das contas externas do país, que ocorre desde 2018, com ampliação de mais de 80% no déficit em transações correntes. O crescimento do déficit em transações correntes evidencia o efeito das crises externas na balança comercial do país, com queda de quase 80% no saldo comercial e a ampliação de 25% no déficit da conta de rendas primárias.

Entender melhor o que se passa na Economia Brasileira neste momento requer a leitura dos sete itens do Boletim 61 que se seguem. Neles você encontrará os dados e as análises completas.

Desejo a você uma boa leitura!

Profa Neide César Vargas (Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura)

1. POLÍTICA ECONÔMICA

Política econômica - O crescimento econômico à espera do ajuste fiscal
Fabrício Augusto de Oliveira

De acordo com as projeções do mercado e do governo, a economia brasileira deve crescer 0,9% em 2019, mantendo-se, portanto, num processo de estagnação, que perdura desde 2017. Nos últimos cinco anos, em que passou a ser implementada uma política de austeridade, a economia brasileira contraiu-se 0,7% ao ano e levou o PIB brasileiro a retroagir ao ano de 2012. Em termos per capita, o PIB do país se encontra praticamente no mesmo nível do ano de 2010, confirmando o fato de se tratar de mais uma década perdida.

Para os que alimentam esperanças de que em 2020 ocorrerá uma virada nessa trajetória, devido a algumas reformas que começaram a ser aprovadas, recomenda-se cautela. Por enquanto, as projeções do governo apontam para um crescimento de 2,3%, mas as do FMI não vão além de 2%, assim como as do mercado, mas essas costumam decepcionar quando o ano se inicia. Para o FMI, em relatório recente sobre a economia mundial, o Brasil deve manter um

ritmo de crescimento fraco até 2024, quando poderá voltar a crescer acima de 2%.

Não é uma boa notícia para um país que precisa urgentemente de ingressar numa trajetória de crescimento mais robusto para absorver pelo menos parte da legião de 12,5 milhões de desempregados (11,8% da população economicamente ativa) em setembro deste ano, ou de 28 milhões (26% da População na Força de Trabalho - PFT) se é levado em conta as pessoas que desistiram de procurar emprego e as que se encontram subocupadas, de acordo com o IBGE. Não existem, contudo, razões para confiar que isso possa acontecer.

Internamente, a política econômica que vem sendo implementada no Brasil desde 2015 é uma política de aguda austeridade com o único objetivo de conter e reduzir o desequilíbrio das contas primárias do setor público, o qual se manifestou a partir de 2014, em decorrência do aumento de gastos durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014), mas principalmente devido à Grande Recessão que se instalou no país em 2015-2016, derrubando as receitas tributárias em mais de 8% em termos reais. Alimenta essa política a crença ortodoxa de que, uma vez equacionado este desequilíbrio, os investimentos privados serão retomados e, com eles, o crescimento econômico.

Isso pode até valer para os mercados financeiro e acionário, que comemoram todas as medidas propostas e aprovadas de contenção fiscal, que sinalizam espaços potenciais no orçamento para a retomada pelo Estado do pagamento dos juros da dívida, mas que, do ponto de vista da atividade produtiva, terminam prejudicando ainda mais o crescimento, dado o enfraquecimento da demanda, essencial para que o ajuste seja bem-sucedido.

Não estranha, assim, que os índices de confiança tanto do consumidor como do empresariado, que não acompanham a ciclotimia do mercado financeiro, tenham gradualmente piorado desde o início do ano. Pesquisado pelo IBRE/FGV, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) que em janeiro de 2019 estava em 96,6 pontos, ainda numa zona pessimista, caiu ao longo de todo o ano, fechando setembro no nível de 89,7 pontos, uma queda de 7%. Já o Índice de Confiança Empresarial (ICE), calculado pela mesma instituição, que mede a confiança dos empresários dos setores da indústria, serviços, comércio e construção na economia, que atingiu 97,7 pontos também em janeiro deste ano, estava reduzido a 94 pontos em outubro, abaixo, portanto, da linha divisória dos 100 pontos que separa o pessimismo do otimismo sobre o futuro da economia.

Por isso, a estratégia do ajuste implementada desde 2015 tem colhido rotundos fracassos com a situação fiscal piorando progressivamente. O déficit primário do setor público deve fechar o ano, de acordo com as últimas projeções feitas pelo mercado e pelo governo em torno de 1,3% do PIB, enquanto os próprios membros da equipe econômica preveem que, se tudo correr de acordo com o esperado, apenas em 2022 se poderá contar com o retorno de algum superávit nas contas públicas, neste conceito. No que diz respeito ao déficit nominal, este, apesar da diminuição da taxa de juros Selic, atingiu 6,4% do PIB no acumulado de 12 meses até setembro, fazendo com

que a dívida pública como proporção do PIB, que atingiu 79% também no mês fechado em setembro, continue em crescimento preocupante, devendo ultrapassar a casa dos 80% do PIB neste ano no conceito utilizado pelo Banco Central do Brasil, um nível temerário para qualquer economia emergente. Já no conceito do FMI, projeta-se que se aproximará de 92%, de acordo com o monitor fiscal dessa instituição.

Se a política econômica não tem sido bem-sucedida no equacionamento da questão fiscal, as reformas propostas e aprovadas pelo governo atuam como antídotos para o crescimento, à medida que enfraquecem ainda mais a demanda por bens e serviços da população. Assim foi com o teto dos gastos primários e a reforma trabalhista no governo Temer, e, no governo Bolsonaro, com a aprovação da reforma da previdência e com as eloquentemente anunciadas recentemente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como capazes de transformar o Estado brasileiro, tornando-o mais eficiente e barato, caso da reforma administrativa, da desvinculação e desindexação dos gastos do orçamento e do novo pacto federativo.

Ainda que necessárias para a correção de alguns problemas da economia brasileira, nos termos propostos essas reformas retiram ainda mais força da demanda, num contexto em que essa precisa ser fortalecida para estimular a atividade econômica e a geração de emprego. O grau de utilização da capacidade produtiva da indústria vem se mantendo, já há algum tempo, em torno de 75%, e com o elevado nível de desemprego e a fraqueza crescente dos gastos governamentais, devido ao ajuste fiscal em curso, nada há que indique para o seu fortalecimento, podendo, ao contrário, enfraquecê-la ainda mais.

Se internamente não existem grandes motivos para esperar que o crescimento deslanche, dada a fraqueza da demanda, o mesmo pode ser dito em relação à economia mundial. No último Relatório Econômico do FMI, de outubro deste ano, o crescimento global foi reduzido de 3,2% para 3%, o que é um nível muito baixo, considerando que a maior contribuição para o mesmo se deve às economias emergentes, como a China e a Índia, e também, por enquanto, aos Estados Unidos.

De qualquer maneira, o FMI projeta que 90% do PIB mundial deve desacelerar em 2019 e atingir o nível mais baixo desde o início da década. Mesmo nos Estados Unidos e Alemanha que apresentam taxas de desemprego bem baixas, registra-se perda de vigor de suas economias, o que está ocorrendo também em toda a zona do euro e no Japão, com desaceleração acentuada também nas maiores economias emergentes, como Índia, China e Brasil.

Mais preocupante, é que o FMI considera que uma crise financeira pode estar a caminho nos próximos anos, dado o elevado nível de endividamento público e privado resultante de políticas monetárias frouxas, com juros muito baixos e até negativos nos países desenvolvidos. Se é verdade que essas políticas ajudaram o mundo a sair da tormenta econômica provocada pela crise do *subprime* e da dívida soberana europeia, também não é menos verdadeiro que, com elas, aumentou, em contrapartida, o endividamento dos governos, das corporações e das famílias, ampliando a vulnerabilidade da economia a novos choques. Projeções do FMI indicam, a este respeito, que US\$ 19 trilhões

podem ficar impagáveis nos próximos três anos se as condições econômicas continuarem piorando e pressionando os grandes devedores nos oito maiores mercados do mundo.

Não sem razão, nos Estados Unidos, que tem contribuído de forma importante para manter o crescimento mundial nos últimos anos, com um nível reduzido de desemprego, o FED, o banco central norte-americano, realizou, neste ano, três cortes em sua taxa básica de juros, visando barrar essa tendência: em julho, quando a reduziu do intervalo de 2,25% a 2,5% para 2% a 2,25%; em setembro, quando a derrubou para 1,75% a 2%. E no dia 30 de outubro, com sua redução para 1,5% a 1,75%.

Agrava este quadro o vai-e-vem da guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China e as incertezas colocadas pelo Brexit do Reino Unido, que aumentam as tensões comerciais e coíbem o potencial de crescimento do mundo. Resumindo: o Brasil não pode contar com um cenário externo favorável para impulsionar a economia, considerando, inclusive, que um de seus principais parceiros comerciais, a Argentina, continua mergulhada em profunda crise, da qual não se sabe quando conseguirá sair.

Dessa forma, embora conte com algumas condições favoráveis para a retomada do crescimento, com a reduzida taxa de inflação, que fechou o mês de outubro, no acumulado de 12 meses, no nível de 2,54%; com uma taxa de juros Selic no patamar de 5%, o mais baixo de sua história; e com reservas externas abundantes que o protegem de crises externas, faltam estímulos para a demanda, reformas importantes, como a tributária, e um plano voltado para a retomada do crescimento, o qual, até o momento, permanece suspenso à espera do ajuste fiscal definitivo.

Enquanto persistir a estratégia de apostar todas as suas fichas na solução do desequilíbrio fiscal que, por enquanto, é o único objetivo que orienta a política econômica, acreditando que com ele se abrirão naturalmente as portas para o retorno do investimento privado e, conseqüentemente, do crescimento, muito provavelmente o país permanecerá no atual quadro de estagnação, que poderá se agravar em função da desaceleração da economia mundial.

2. INFLAÇÃO

Introdução

Neste boletim, o foco da análise se volta para a trajetória da inflação de janeiro até setembro de 2019, em comparação com aquela verificada no mesmo período de 2018. A análise é baseada nos seguintes indicadores: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), produzidos pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV); bem como o custo da cesta básica, medido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Em contraste com a discreta tendência de uma aceleração inflacionária no país experimentada em 2018, no decorrer deste ano verificou-se um cenário de

ligeira desaceleração, como foi a regra no período compreendido entre o último trimestre de 2016 e o início de 2018.

Como será visto, os distintos índices registraram essa tendência, de modos complementares entre si. O IPCA, por exemplo, que em 2018 ficou abaixo do piso da meta inflacionária de 4,5%, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em 2019 deverá fechar o ano abaixo do centro da meta, de 4,25%. Assim, o IPCA acumulado até o mês de setembro de 2019 é ainda menor que o acumulado até o mesmo período de 2018. Nesse âmbito, o IGP-DI, que registrara uma alta inflacionária de 8,54%, entre janeiro e setembro de 2018, no mesmo período deste ano registra uma inflação de 4,37%.

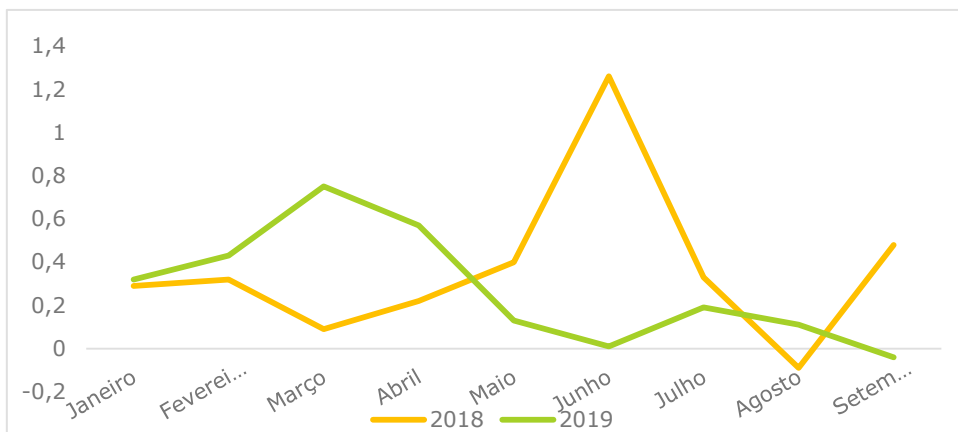
A influência da queda dos preços dos alimentos, com base nos dados divulgados, é perceptível. Esse grupo passou por um processo de deflação nos dois últimos meses; em específico, no mês de setembro houve uma redução de 0,43% nos preços de alimentos e bebidas, de tal modo que o enfraquecimento desse setor representou uma queda de 0,11% no índice geral de preços desse mês.

IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um dos mais importantes índices que medem a inflação no Brasil, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009 como referência¹. O escopo de pesquisa do IPCA consiste em famílias que residem em áreas urbanas e recebem de um a quarenta salários mínimos, independente da fonte da renda. Por se tratar de um índice muito abrangente e por ser produzido por uma instituição estatal, o IPCA é considerado como o índice "oficial" da inflação, e serve de baliza para a política de metas de inflação, e de referência para alguns títulos financeiros estatais.

O acumulado do IPCA neste ano, até o mês de setembro, foi de 2,49%, menor que o verificado no mesmo período de 2018, que foi de 3,34%. Os meses de maior aceleração inflacionária foram fevereiro, março e abril. Em 2019 as principais altas ficaram basicamente por conta dos mesmos grupos que se destacaram em 2018: Habitação (4,57%), Educação (4,4%) e Saúde e cuidados pessoais (4,26%), sendo que apenas um grupo teve deflação, o de Vestuário (-0,23%). O que pode ser destacado na pesquisa é a queda brusca do crescimento no setor de Transporte, que acumulou alta de 0,56% em 2019, contra 4,59% em 2018, levando em consideração o mesmo período de análise.

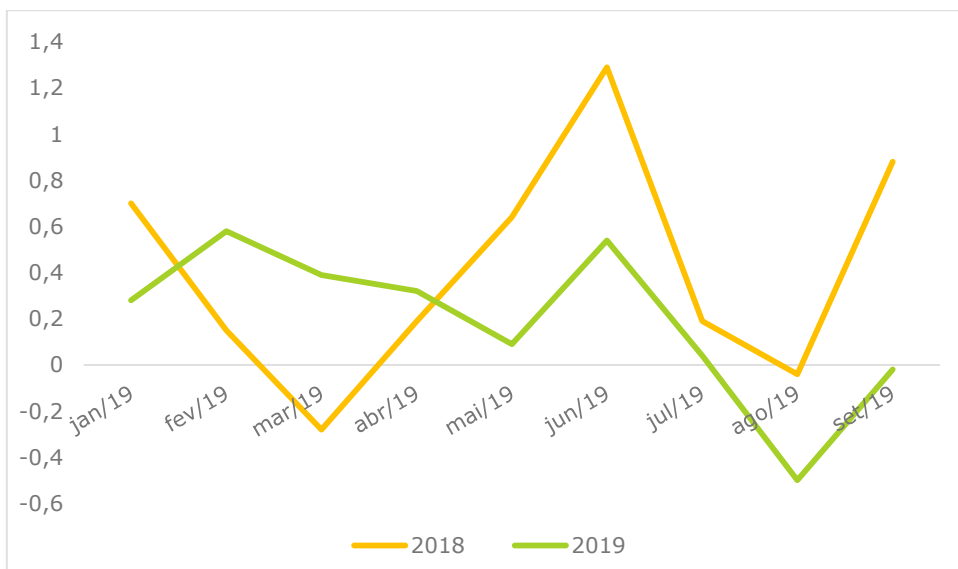
¹ É importante destacar que a partir da próxima análise do IPCA e do INPC será levada em conta a atualização da POF, tendo como base os novos hábitos de consumo da população, por exemplo, de transportes por aplicativo e serviços de *streaming*, e como estes afetam o cálculo da inflação.

Gráfico 2.1 - Inflação calculada pelo IPCA (em %)

Fonte: Elaboração própria com os dados do IBGE.

IPCA Capixaba

Em 2018, o IPCA Capixaba acumulado somou 3,78%, abaixo da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,5%, mas acima da média nacional, de 3,34%. Até setembro de 2019 o IPCA acumulado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) registrou 1,72%, abaixo da média brasileira (de 2,49%), conforme o gráfico 2.2. Esse valor é relativamente menor que o acumulado no ano passado, e embora ainda falem três meses para o término do ano, a tendência é de que a inflação capixaba permaneça abaixo do piso da meta de 2019 (de 2,75%).

Gráfico 2.2 Variações mensais do IPCA na RMGV (em %)

Fonte: Elaboração própria com os dados do IBGE.

Em setembro de 2019 a inflação da região metropolitana da Grande Vitória (RMGV) registrou uma deflação de 0,02%, acima da taxa do mês de agosto (de -0,50%), cerca de 0,02 p.p. acima da média nacional, no mesmo período (de -0,04%), sendo essa a menor variação no mês de setembro desde 1998.

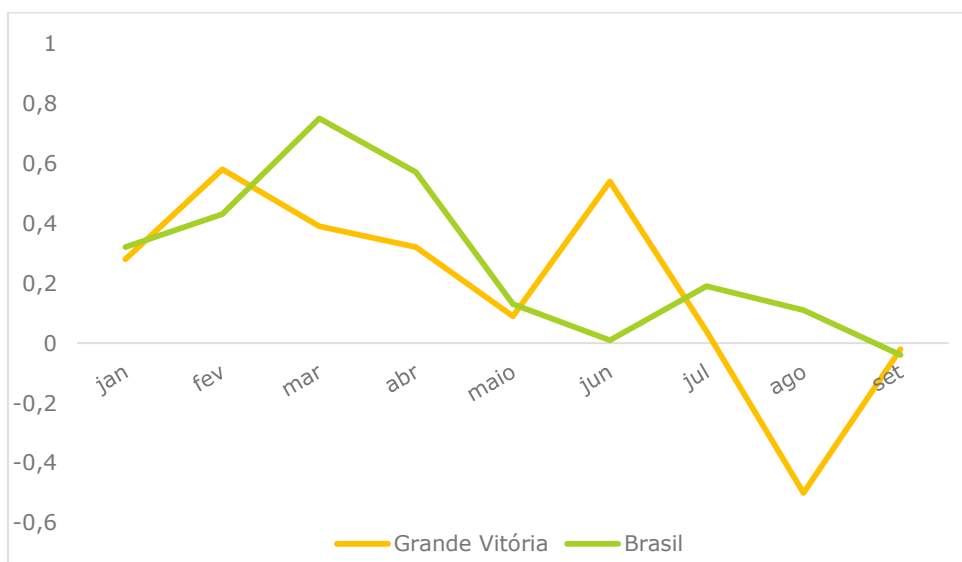
Os principais responsáveis pela expansão dos preços na Grande Vitória, no período de janeiro a setembro deste ano, foram os aumentos nos grupos Alimentação e bebidas (3,16%), Habitação (1,58%) e Saúde e cuidados

peçoais (3,74%), que possuem pesos de, respectivamente, 22,7%, 17,42% e 12,14% no índice geral. Já o grupo Transportes, que representa 18,26% da composição do índice, teve uma deflação de 0,06%, queda puxada pela variação negativa no subgrupo de Combustíveis (0,03%).

Em Habitação, o avanço foi influenciado pela variação positiva no subgrupo Aparelhos eletroeletrônicos (3,54%) e Aluguel e taxas (4,21%). Em Alimentação e bebidas, a variação positiva foi influenciada pelo crescimento do subgrupo Alimentação no domicílio (3,73%), o maior crescimento acumulado das regiões do país. Já o grupo Saúde e cuidados pessoais foi impulsionado pela elevação taxas do subgrupo Serviços de saúde (5,32%)

Vale ser destacado que, em junho, a inflação da RMGV apresentou a maior variação do país (de 0,54%), taxa alcançada em função das altas observadas nos preços das passagens aéreas (20,21%) e da energia elétrica (4,81%).

Gráfico 2.3 Variações mensais do IPCA no Brasil e na RMGV (em %)

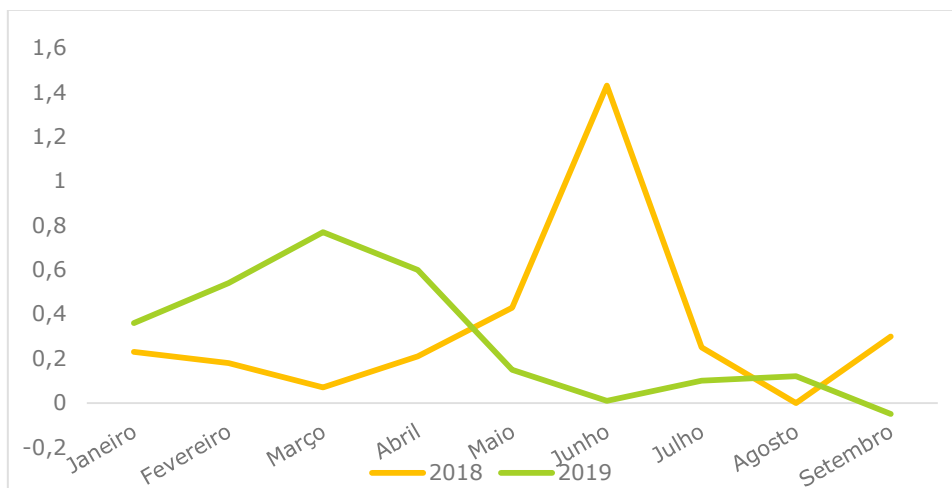


Fonte: Elaboração própria com os dados do IBGE.

INPC

Outro indicador mensurado pelo IBGE é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Com sua abrangência diferente, de um a cinco salários mínimos, o INPC serve de referência para a correção salarial.

O INPC também registrou um movimento de desaceleração inflacionária, comparando 2019 com 2018, estando abaixo da meta de 4,25%. Entre janeiro e setembro de 2019 a inflação acumulada foi de 2,62%, 0,51 p.p. menor do que a registrada no mesmo período de 2018, de 3,13%. No subgrupo de Transportes, o acumulado foi de 2,82%, em comparação com os 5,39%, em 2018, Habitação (4,63%) contra 5,33%, em 2018; já o de Educação somou 4,21%, neste ano, em contrapartida com os 4,99% no ano passado. Além disso, houve deflação no grupo de Vestuário (de 0,33%), e aceleração inflacionária no grupo de Saúde e cuidados pessoais, saltando de 2,97% acumulado em entre janeiro e setembro de 2018, para 3,86% no mesmo período de 2019.

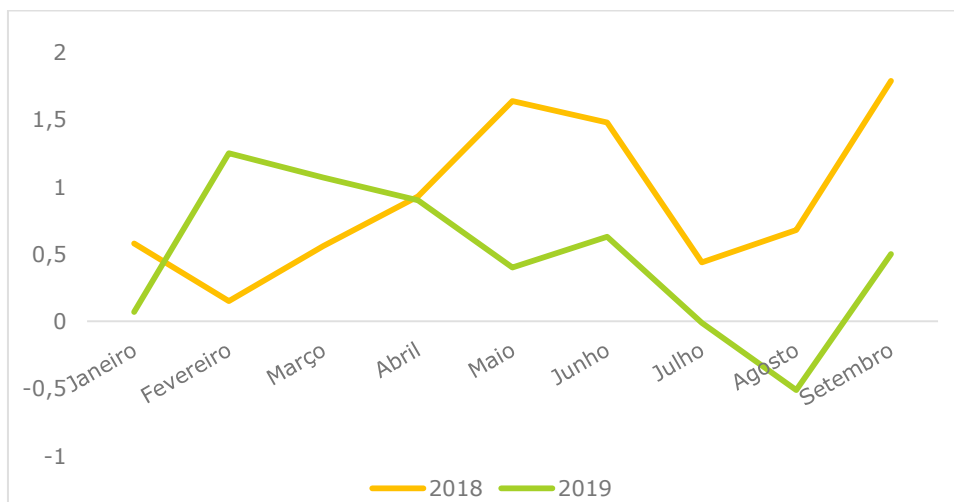
Gráfico 2.4 - Inflação calculada pelo INPC (em %)

Fonte: Elaboração própria com os dados do IBGE.

IGP-DI e IGP-M

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) é o órgão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) responsável pelo cálculo do Índice Geral de Preços (IGP). Esse índice é muito importante, pois separa os setores da economia e afere quais áreas estão sendo mais afetadas pela inflação, considerando desde os produtos agrícolas básicos até os bens e serviços finais, passando por toda a cadeia produtiva. Além de relevante indicador macroeconômico, o IGP serve como referência para reajuste de tarifas estatais e como indexador de diversos contratos, em particular os de aluguel.

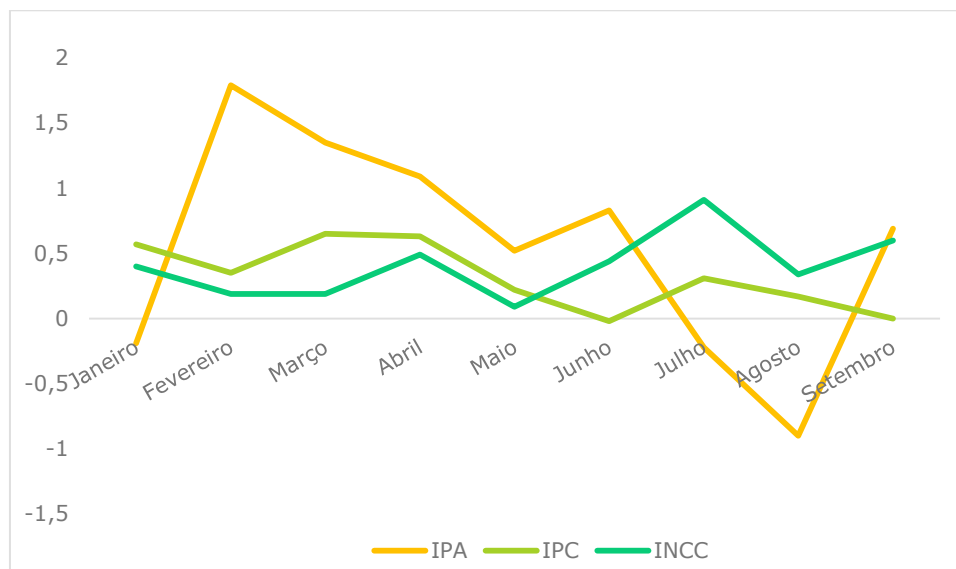
O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC) representa 10% do cálculo do IGP, e mede a variação de preços na construção civil, tanto da mão de obra, como dos materiais utilizados. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) possui um peso de 30% do IGP e mede a variação de preços dos produtos consumidos por famílias com renda de 1 a 33 salários mínimos, com base em uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008-9. O que tem maior influência é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), com um peso de 60% no cálculo do IGP, e que mede a variação de preços do mercado atacadista.

Gráfico 2.5 Evolução do IGP-DI (em %)

Fonte: Elaboração própria com os dados do IBRE-FGV

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) diz respeito à inflação do primeiro ao último dia do mês de referência. Entre janeiro e setembro de 2019, o IGP-DI registrou uma inflação acumulada de 4,37%, uma redução de 4,39% quando comparada ao acumulado no mesmo período do ano anterior.

Gráfico 2.6 Variação do IGP-DI desagregado (em %)



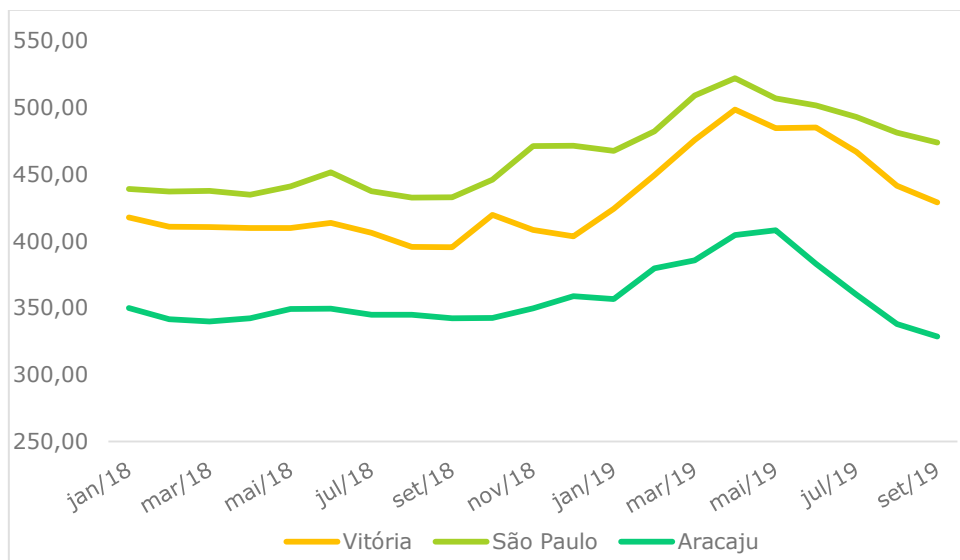
Fonte: Elaboração própria com os dados do IBRE-FGV

O IPA-DI representa a maior parcela da análise do IGP-DI, foi o principal responsável pela expressiva desaceleração inflacionária, sendo o acumulado até de setembro deste ano, de 5,04%, consideravelmente inferior ao acumulado no mesmo período de 2018 (11,33%). Matérias-Primas Brutas (12,07%) e Produtos Agropecuários (5,92%) foram os componentes do IPA que computaram as variações mais expressivas durante o ano. O INCC-DI, registrado de janeiro a setembro de 2019, foi de 3,70% e pouco maior que o acumulado do mesmo período do ano passado, que foi de 3,21%. Por sua vez, o IPC-DI acumulado nos nove primeiros meses de 2019 foi de 2,91%, uma retração quando comparado ao mesmo período do ano passado, que atingiu 3,71%. A desaceleração ocorreu principalmente no grupo de habitação (1,08% para 0,25%).

Por fim, cabe constatar que o IGP-M, que mede a inflação entre os dias 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência, acumulou até setembro de 2019 4,09%, tendo registrado uma inflação de 8,29% no mesmo período de 2018.

Cesta básica

O DIEESE disponibiliza os preços da Cesta Básica Nacional com o objetivo de acompanhar seu comportamento através de pesquisas mensais nas capitais brasileiras. Considera-se que a Cesta Nacional Básica é constituída por treze gêneros alimentícios, porém a quantidade dos gêneros pode variar de acordo com cada região. Os produtos que a compõem são: Arroz, Açúcar, Banana, Batata, Café, Carne, Farinha, Feijão, Leite, Manteiga, Óleo, Pão, Tomate.

Gráfico 2.7- Trajetória dos preços da cesta básica

Fonte: elaboração própria com os dados do DIEESE

A última pesquisa levantada pelo DIEESE, referente ao mês de setembro deste ano, destaca um comportamento diversificado para as capitais brasileiras no que se refere aos valores das cestas básicas. O valor mais alto, de R\$ 473,85, foi obtido por São Paulo, ao passo que o menor valor da cesta para o mês de setembro ficou mais uma vez para Aracaju, somando R\$ 328,70. O valor da cesta em Vitória ficou em R\$ 429,06.

Em 12 meses, entre setembro de 2018 e o mesmo mês de 2019, com exceção de Aracaju (-3,98%), todas as capitais acumularam alta, que oscilaram de 3,44%, em Campo Grande, a 10,51%, em Goiânia.

O DIEESE calcula também o salário mínimo necessário para a manutenção mensal de uma família, composta por quatro pessoas, com base na realidade de São Paulo. Em setembro de 2019, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.980,82, ao passo que o salário mínimo oficial é de R\$ 980,82, ou seja, aproximadamente 4,05 vezes menor. Já em setembro de 2018, o mínimo necessário foi estimado em R\$ 3.658,39, porém o piso mínimo oficialmente estabelecido foi de R\$ 954,00, um valor aproximadamente 3,83 vezes menor.

Conclusão

Em 2019, a inflação brasileira mostrou uma tendência a fechar o ano bem abaixo da meta inflacionária de 4,25% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Motivados pelo enfraquecimento inflacionário no país, o Banco Central provocou uma série de cortes na taxa SELIC, em tese com o intuito de baratear o crédito e estimular os investimentos.

Assim como se vê a manutenção de juros historicamente baixos, também a inflação tem se mantido em patamares muito reduzidos em relação aos padrões vigentes no Brasil até então. Apesar de uma pequena e passageira aceleração inflacionária entre fevereiro e abril de 2019, ao longo do ano as taxas mensais de inflação ficaram próximas ou abaixo de 0%. Em março, por exemplo, o IPCA registrou a maior alta do mês desde 2015, motivada pelo

aumento no preço dos combustíveis e de passagens aéreas. No entanto, os preços nos setores importantes como o agronegócio estão em queda neste ano, o Real continua desvalorizado, e fatores externos como a guerras comerciais entre os Estados Unidos e China provocam uma instabilidade política que afeta o cenário nacional, em alguns momentos levando a uma redução dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Em suma, o ano de 2019 segue marcado por um crescimento econômico pífio, frustrando as já modestas expectativas alardeadas em seus primeiros meses. Como agravante, a ameaça de uma recessão global no próximo período deixa o cenário pouco promissor e multiplica as incertezas.

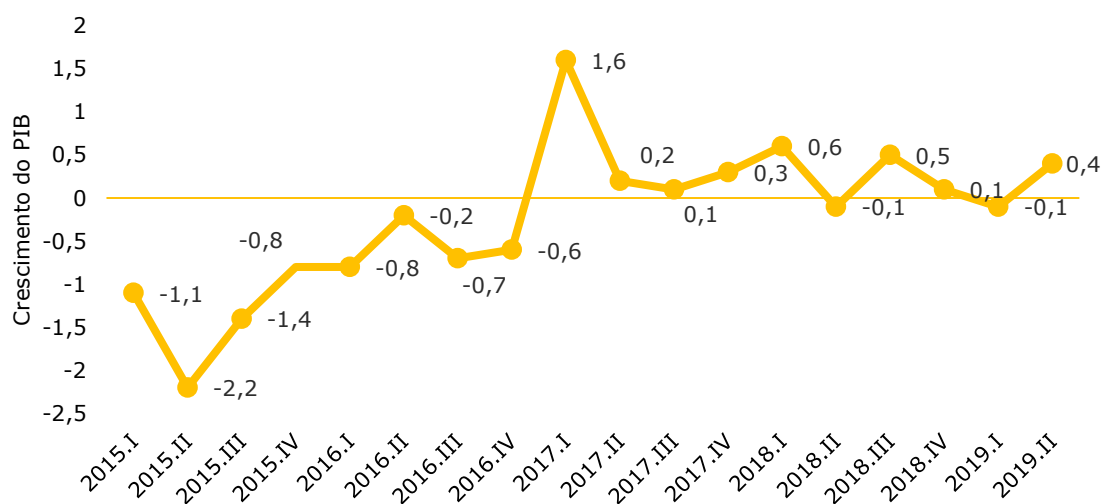
3. NÍVEL DE ATIVIDADE

PIB

O Produto interno Bruto (PIB) brasileiro, principal agregado econômico do país, é o responsável por estabelecer parâmetros de interpretação do nível de atividade da economia. Esse indicador fechou o primeiro semestre de 2019, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totalizando R\$ 1,78 trilhão em valores de mercado, sendo R\$ 1,52 trilhão referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 256,9 bilhões aos Impostos indiretos, logo, equivalente a um crescimento de 0,4% quando comparado com o primeiro trimestre do ano.

O resultado evitou a temida recessão técnica, situação na qual o crescimento econômico apresenta-se negativo por dois trimestres consecutivos, haja vista o primeiro trimestre de 2019 ter apresentado recuo de 0,2% quando comparado com o último trimestre de 2018, ambos os dados com ajustes sazonais aplicados.

Gráfico 3.1. PIB trimestral - Taxa de variação do trimestre contra trimestre imediatamente anterior - 1º trimestre de 2018 / 2º trimestre de 2019



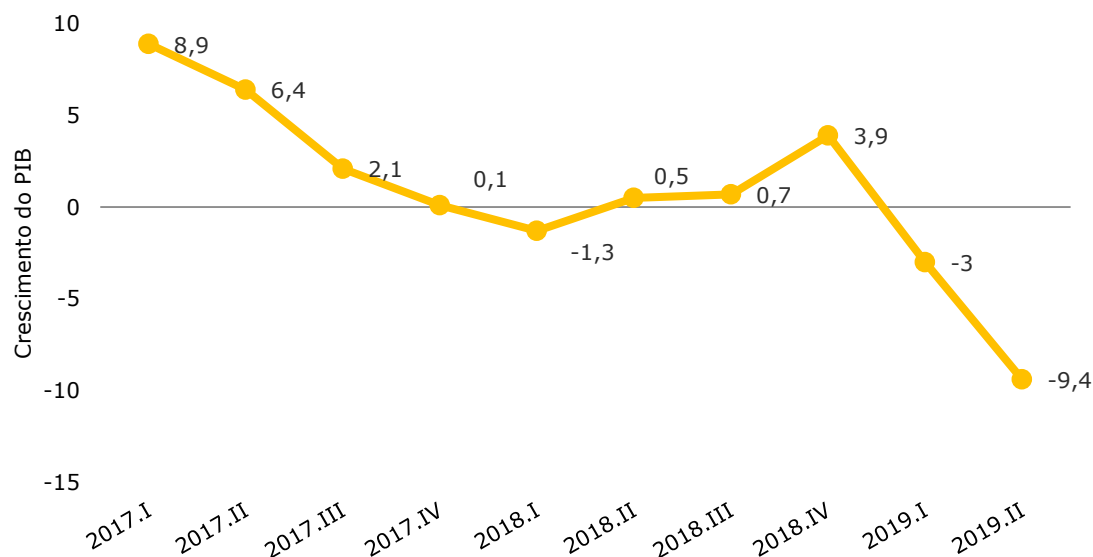
Fonte: Sistema de Contas Trimestrais - IBGE / Elaboração própria.

Mas, apesar da saída do patamar de recessão técnica, a economia brasileira patina, e avança em ritmo muito lento. Os últimos resultados divulgados levaram à revisão das projeções do Relatório de Mercado Focus, do Banco Central que, no início deste ano, arriscava um crescimento da ordem de 2,59% do PIB. De acordo com o mesmo informativo Focus, do dia 18 de novembro de 2019, a previsão de crescimento está no patamar de 0,92%.

Quem mais contribuiu para o crescimento trimestral de 0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior foi a Indústria, a qual apresentou expansão de 0,7%, seguida por Serviços, 0,3%. Já a agricultura apresentou um recuo de 0,4% na mesma base de comparação. Esse crescimento da indústria deve-se à expansão na Indústria de transformação de 2,0% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior, influenciada pelo crescimento da produção de metais, máquinas e equipamentos, metalurgia, produtos químicos e bebidas. Deve-se considerar também o aumento de 1,9% na Construção Civil.

Por outro lado, o maior recuo ficou por conta da Indústria extrativa (-3,8%), resultado que pode ser explicado, em boa parte, pelos reflexos do desastre ocorrido no município de Brumadinho, no início de 2019, uma vez que a extração de minério destaca-se entre as atividades extrativas do país. Esse movimento fica mais explicitado ao se analisar o resultado do 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior (2º trimestre de 2018). Nessa base de comparação, a variação negativa da indústria extrativa alcançou 9,4%, queda preocupante para uma economia fortemente dependente das exportações de *commodities*.

Gráfico 3.2. Taxa de variação de crescimento do setor da Indústria Extrativa do trimestre contra trimestre imediatamente anterior - 1º trimestre de 2018 / 2º trimestre de 2019



Fonte: Sistema de Contas Trimestrais - IBGE / Elaboração própria.

Em se tratando da análise semestral, os primeiros seis meses de 2019 apresentaram resultado para o PIB de 0,7%, acima do observado no primeiro semestre de 2018, mas abaixo da expansão de 1,2% no semestre encerrado em dezembro de 2018. Esses indicadores mostram uma tendência de

desaquecimento a partir do segundo semestre de 2017, quando o índice havia alcançado sua maior alta desde 2014.

Nessa base de comparação, ou seja, semestre contra igual semestre do ano anterior, Serviços e Agropecuária apresentaram crescimentos tímidos (1,2% e 0,1%, respectivamente), enquanto a indústria registrou desempenho negativo (-0,4%) quando comparado com o primeiro semestre de 2018. Os resultados ajudam a corroborar a tese de uma continuidade da desindustrialização da economia brasileira. De acordo com o IBGE, o nível da produção industrial alcançado em junho deste ano retrocedeu para o patamar de 2009. Além disso, e mais preocupante, é o resultado de um levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas, mostrando que o peso da indústria de transformação no PIB brasileiro atingiu 11,2%, em 2019, menor patamar desde 1947.

Tabela 3.1. PIB trimestral - Taxa de variação: trimestre/trimestre imediatamente anterior						
Trimestres		2018.II	2018.III	2018.IV	2019.I	2019.II
PIB a preços de mercado		-0,1	0,5	0,1	-0,1	0,4
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	-1,4	-0,3	-0,4	1,6	-0,4
	Valor adicionado bruto da indústria	-0,6	0,5	-0,3	-0,5	0,7
	Valor adicionado bruto dos serviços	0,2	0,5	0,2	0,2	0,3

Fonte: Sistema de Contas Trimestrais - IBGE / Elaboração própria.

Na análise da demanda interna, ainda considerando a comparação semestral, destaca-se o aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) de 3,1%. Já as despesas com o Consumo das Famílias cresceram 1,5%. As Despesas de Consumo do Governo recuaram 0,3%, resultado que expressa a ação do governo por meio de cortes e contingenciamentos de gastos em busca da política fiscal de austeridade. Vale lembrar que desde 2016, por meio da Emenda Constitucional 95, a chamada emenda do teto dos gastos do governo, tem se observado a retração nos gastos públicos, seja para custeio ou investimento.

Em relação às exportações e importações de bens e serviços, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), quando comparado o acumulado no primeiro semestre de 2019 com o igual período de 2018, os resultados não são animadores, pois as exportações apresentaram queda de 3,5% e as importações não apresentaram qualquer variação (0,0%). Quando se expande a análise do acumulado em 2019, isto é, incluindo os meses de julho, agosto e setembro, e se compara com igual período do ano anterior, os resultados ficam ainda piores, com as exportações apresentando taxas negativas de 4,8%, 6,0% e 5,6%, respectivamente, e as importações também recuando em 0,9%, 3,4% e 1,3%, respectivamente, o que indica que a perda de dinamismo tem se aprofundado ao longo do ano.

Vale destacar que, em se tratando do nível de atividade econômica do país, mais importante do que avaliar, separadamente, as exportações e as importações, ou mesmo o saldo comercial, se deficitário ou superavitário, é avaliar o total da corrente de comércio, ou seja, o somatório dos fluxos de exportação e importação durante um período de tempo. No acumulado de

janeiro a junho, quando comparado ao primeiro semestre de 2018, essa corrente de comércio internacional apresentou-se em queda no país (-2,0%). E o resultado prossegue negativo no acumulado do ano quando se inserem os meses de julho, agosto e setembro e se compara com igual período de 2018 (-3,1%, -4,9% e -3,7%, respectivamente). No acumulado deste ano até outubro, a queda no volume da corrente de comércio internacional do Brasil atingiu 5%, quando comparado com igual período de 2018.

Com a pauta exportadora altamente concentrada em *commodities* e não em manufaturados, a economia brasileira segue dependente do ritmo de crescimento econômico dos países centrais e, desse modo, sente os efeitos da redução do crescimento da economia mundial, como no caso chinês, e a instabilidade externa causada pela guerra comercial entre EUA e China. Além disso, pesa também a crise da Argentina, um dos principais destinos de nossas exportações de manufaturados.

INDÚSTRIA

A indústria tem apresentado quedas sucessivas nas comparações trimestrais, ou seja, trimestre/trimestre imediatamente anterior. Assim, desde o último trimestre de 2018, quando o resultado foi de -1,2%, há uma sequência de resultados negativos nessa mesma base de comparação, sendo -2,3% no primeiro trimestre de 2019 e -1,0% no segundo trimestre deste ano. No acumulado de janeiro a setembro deste ano, o setor também apresentou queda de 1,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua Pesquisa Industrial Mensal relativa à produção física (PIM-PF), o volume produzido nos últimos 12 meses anteriores a setembro teria tido um recuo de 1,4%, pois este também é o dado para o acumulado para este período. Apesar de no mês de setembro, a indústria brasileira ter apresentado um crescimento pequeno, da ordem de 0,3% frente ao mês anterior, o resultado não foi suficiente para reverter o quadro de desaquecimento acumulado ao longo do ano, tendo uma queda de, também, 1,4% de janeiro até setembro de 2019. Numa análise comparativa, o total da produção física da indústria brasileira ainda se encontra 16,6% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Esses resultados frustraram as expectativas dos analistas que esperavam o aquecimento da produção industrial já em 2019. Pode-se destacar como principais motivos para esse baixo desempenho o efeito da crise na Argentina, importante parceiro comercial do país na América Latina e principal cliente do setor automobilístico brasileiro para exportação, além da fraqueza do mercado doméstico, o que ecoa na produção alimentícia e têxtil. Além disso, a guerra comercial entre EUA e China causa instabilidade no cenário mundial e, conseqüentemente, perda de dinamismo para o setor industrial brasileiro.

Analisando a indústria extrativa, uma das responsáveis pelo pífio desempenho geral da indústria, no acumulado de janeiro a setembro deste ano, o setor apresentou uma taxa negativa de 9,8% como consequência, em especial, do desastre de Brumadinho. Resultados negativos expressivos também foram observados, por exemplo, nas atividades de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,1%), celulose (-3,7%),

farmoquímicos e farmacêuticos (-3,1%) Em relação à indústria de transformação, o resultado não é nada animador, tendo uma queda de 0,1% no acumulado do ano até setembro. Dentre os fatos causadores, o principal permeia, novamente, a crise que assola a Argentina, visto que o país é um dos mais importantes aliados comerciais do Brasil, como afirmado anteriormente. A partir disso, a queda da demanda exterior influencia diretamente a produção industrial interna, sem falar nos baixos níveis de crescimento da economia mundial.

Dentre as vinte e seis atividades econômicas denominadas pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), destacadas na Tabela 3.2, quatorze delas apresentaram resultado negativo. Apesar de apresentar retração menor que os anteriores, o recuo do setor alimentício, no acumulado dos últimos 12 meses, também deve ser levado em consideração, visto que possui grande peso na indústria de transformação.

Ao analisar, na mesma tabela, os subsetores que apresentaram resultados positivos, tais como, Fumo, Calçados, Celulose e papel, Vestuário, Refino de Petróleo, Outros produtos químicos, Metalurgia, destaca-se o baixo percentual do crescimento apresentado, o que não ajudou a contrarrestar a queda da Indústria geral. A exceção ficou por conta dos produtos de metais, que excluem Máquinas e equipamentos, que apresentaram um aumento de 5,7% e fabricação de bebidas, 3,9%, ambos considerando o acumulado do ano comparado a igual período de 2018.

Tabela 3.2 – Produção Física Industrial por Atividade
(Variação % Acumulada em relação à igual período do Ano Anterior)

Nº	Atividade / Mês	Acum setembro (%)	Acum 12 meses (%)
1	Indústria Geral	-1,4	-1,4
2	Indústria Extrativa	-9,8	-6,5
3	Indústria de Transformação	-0,1	-0,6
3.10	Alimentos	0,3	-1,8
3.11	Bebidas	3,6	1,8
3.12	Fumo	-0,7	-1,3
3.13	Têxtil	-1,7	-2,4
3.14	Vestuário e acessórios	0,1	-0,5
3.15	Calçados e artigos de couro	0,3	1,1
3.16	Madeira	-5,6	-5,0
3.17	Celulose, papel e produtos de papel	-3,7	-2,1
3.18	Edição, impressão e reprodução de gravações	-7,9	-5,6
3.19	Refino de petróleo e álcool	0,2	-0,3
3.20 a	Perfume, sabões, detergentes e prod. Limp.	-3,1	-1,8
3.20 b	Outros produtos químicos	-0,5	-1,3
3.21	Farmacêutica	-3,4	2,1
3.22	Borracha e plástico	-1,9	-2,3
3.23	Minerais não metálicos	1,6	1,7
3.24	Metalurgia	-0,8	-0,6
3.25	Prod. Metal - exc máquinas e equipamentos	5,0	4,9
3.26	Equip. de informática, eletrônicos e ópticos	-2,8	-5,2
3.27	Máquinas, aparelhos e materiais eletrônicos	1,2	0,6
3.28	Máquinas e equipamentos	1,1	1,2
3.29	Automotores, reboques e carrocerias	2,7	2,5
3.30	Outros equip. transp. - exc veículos automot.	-10,9	-9,7
3.31	Móveis	-0,4	-2,0
3.32	Produtos diversos	1,9	1,3
3.33	Manut., reparação e inst. máquinas e eq	-9,1	-8,3

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Elaboração própria.

Em relação às quatro grandes categorias da indústria, conforme Tabela 3.3, Bens intermediários apresentou variação negativa no acumulado de janeiro a setembro deste ano (-2,4%), quando comparado a igual período do ano anterior. Tal queda ajudou a puxar para baixo a atividade da indústria geral. Categoria essencial como fornecedora da indústria pesada, o resultado negativo mostra sinais de desaquecimento desta última, indicando uma redução da utilização de insumos básicos por parte da indústria geral. Esse baixo desempenho pode ser explicado, novamente, a partir da crise que assola a Argentina, que exerceu forte reflexo no setor, visto que a participação da categoria Bens intermediários nas exportações brasileiras para o país vizinho é de 57,4%, segundo o Ministério da Economia - Indústria, Comércio Exterior e Serviços (ME).

Tabela 3.3– Produção Física Industrial Semestral por Categorias de Uso (Var. % Acumulado relação à igual período do ano anterior)

Atividade	Acum. até setembro (%)	Acum últimos 12 meses (%)
Bens de Capital	0,7	1,3
Bens Intermediários	-2,4	-2,3
Bens de Consumo Duráveis	1,6	0,6
Bens de Consumo Semi e Não Duráveis	0,4	0,1

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Elaboração própria.

A taxa positiva na categoria de bens de capital, 0,7% no acumulado até setembro e 1,3% no acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com o IBGE, é influenciada, em grande medida, pela expansão no grupamento de bens de capital para fins industriais, impulsionado, principalmente, pelos bens não produzidos em série, os chamados não-seriados. No entanto, vale salientar que a maior preocupação com a produção de bens de capital fica por conta da desaceleração do crescimento do setor quando se toma bases trimestrais de comparação. Na passagem do segundo para o terceiro trimestre deste ano, a categoria reduziu o ritmo de crescimento de 5,0% para 1,1%, quando comparado com os mesmos trimestres de 2018, pressionada, principalmente, pela redução na fabricação de equipamentos de transporte.

Já a categoria de bens de consumo duráveis também apresentou desempenho positivo (1,6%), o qual pode ser relacionado ao aumento da taxa de ocupação, que não necessariamente se refere ao trabalho de carteira assinada, possibilitando um pequeno aumento no consumo das famílias. Outro fator que contribuiu para esse desempenho positivo do setor é o estímulo vindo do crédito às famílias, que acaba por manter aquecidas as vendas desses bens ao consumidor final. No entanto, vale aqui a mesma observação feita no caso da categoria de bens de capital, qual seja, observa-se perda do ritmo de crescimento na passagem do segundo para o terceiro trimestre (6,9% para 1,1%), quando comparados aos correspondentes trimestres do ano anterior. No caso dos bens de consumo duráveis, a maior pressão pela perda do dinamismo veio da menor fabricação de automóveis.

Em relação ao citado estímulo de consumo vindo do crédito às famílias, importante destacar que, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação de Bens, Serviços e Turismo, condições melhores no acesso ao crédito, como juros menores e inflação em baixa levaram ao maior acesso à tomada de empréstimos e a nova alta no percentual de famílias endividadas. A contraface desse endividamento é o estímulo provocado na oferta de bens de consumo duráveis.

Ademais, em julho deste ano, a taxa de endividamento das famílias atingiu o maior nível em três anos, de acordo com dados do Banco Central apresentados neste boletim, no item Política Monetária. O mês de julho abriu o segundo semestre do ano com uma elevada taxa de famílias que se declararam endividadas desde maio de 2013. Tal resultado deve ser levado em consideração na análise sobre a possibilidade do aquecimento da economia brasileira, visto que, se um número crescente de famílias se encontra em uma situação na qual o consumo é restrito pelo endividamento, isso influencia diretamente na produção industrial, em especial aquela que visa à produção para o mercado interno.

COMÉRCIO

Se na análise mês a mês, de janeiro a junho de 2019, o volume de vendas da atividade do comércio varejista nacional ficou praticamente estável, a leve melhora nos resultados do terceiro trimestre do ano, 2,6% de crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2018, foi a responsável pelo setor apresentar um crescimento de 1,3% no acumulado dos nove primeiros meses do ano. Já na análise do comércio varejista ampliado, ou seja, quando se inclui as vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças e Material de Construção, o resultado positivo apresentado cai abaixo da unidade, isto é, 0,9% para o acumulado de janeiro a setembro.

A dificuldade de derrubar as elevadas taxas de desemprego, a informalidade e os rendimentos mais baixos, o caráter intermitente do trabalho, o endividamento das famílias e a elevação dos preços de bens que compõem a cesta básica acabaram por limitar os gastos das famílias com itens básicos e essenciais, como alimentação e medicamentos, o que explica o baixo crescimento das vendas do comércio varejista nacional.

A medida do governo de liberar limitadas quantias do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para saque imediato, até R\$ 500,00, a partir do oitavo dia do mês de setembro foi uma medida emergencial que influenciou fortemente a recuperação das vendas do comércio no terceiro trimestre do ano. No entanto, a utilização dessa poupança tem efeitos limitados, pois não sustenta o crescimento do comércio à longo prazo. Isso depende do retorno dos investimentos e da geração de emprego e renda na economia nacional. No dia 12 de novembro o governo conseguiu que o congresso aprovasse a medida provisória que cria novas modalidades de saque do FGTS, liberando retiradas de até R\$ 998,00, como forma de repetir a estratégia para tentar aquecer novamente a economia por meio do incremento das vendas do comércio.

A Tabela 3.4 apresenta uma análise comparativa por semestres, em relação a igual período do ano anterior, como forma de destacar a perda de dinamismo do varejo nacional no primeiro semestre deste ano. A redução na intensidade

do crescimento das vendas do comércio varejista, tanto o restrito quanto o ampliado, pode ser evidenciada a partir da comparação do 2º semestre de 2018 (1,7%) com o 1º semestre de 2019 (0,6%), ambas dessazonalizadas e em relação a iguais períodos do ano anterior. Tal comportamento de baixa atinge quase a totalidade das atividades, entre elas, Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (- 0,3%), Tecidos, vestuário e calçados (-0,4%), Móveis e eletrodomésticos (-1,1%) e, principalmente, Livros, revistas jornais e papelaria, com a significativa queda de 27% quando comparado a igual semestre do ano passado. Mesmo a atividade Outros artigos de uso pessoal e doméstico, que apresentou taxa positiva nesse primeiro semestre do ano (4,4%), o fez a uma taxa menor do que as observadas em semestres anteriores, o que significa perda de dinamismo nesse subsetor.

Tabela 3.4 - Volume de Vendas Comércio Varejista e Comércio Varejista Ampliado, por grupo de atividades análise semestral Variação (%)

Atividades de Divulgação	2017		2018		2019
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Volume de vendas do comércio varejista	-0,2	4,2	2,9	1,7	0,6
1. Combustíveis e lubrificantes	-3,5	-3,1	-6,0	-3,9	-0,1
2. Hiper, supermercados,beb., fumo	-0,6	3,5	5,4	2,3	-0,3
3. Tecidos, Vest., Calçados	5,7	9,2	-3,2	0,2	-0,4
4. Móveis e eletrodomésticos	5,8	13,1	0,6	-2,9	-1,1
5. Artigos farmacêuticos, médico ortopédicos...	-0,9	5,8	5,7	6,0	6,2
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,7	-4,6	-8,8	-21,9	-27,0
7. Equipamentos e mat. escritório, informática...	-2,4	-3,8	-0,3	0,6	-0,1
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,9	4,7	7,9	7,4	4,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado	0,3	7,6	5,8	4,2	3,2
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-4,4	10,0	16,5	13,8	11,0
10. Material de construção	4,6	13,6	4,9	2,3	3,8

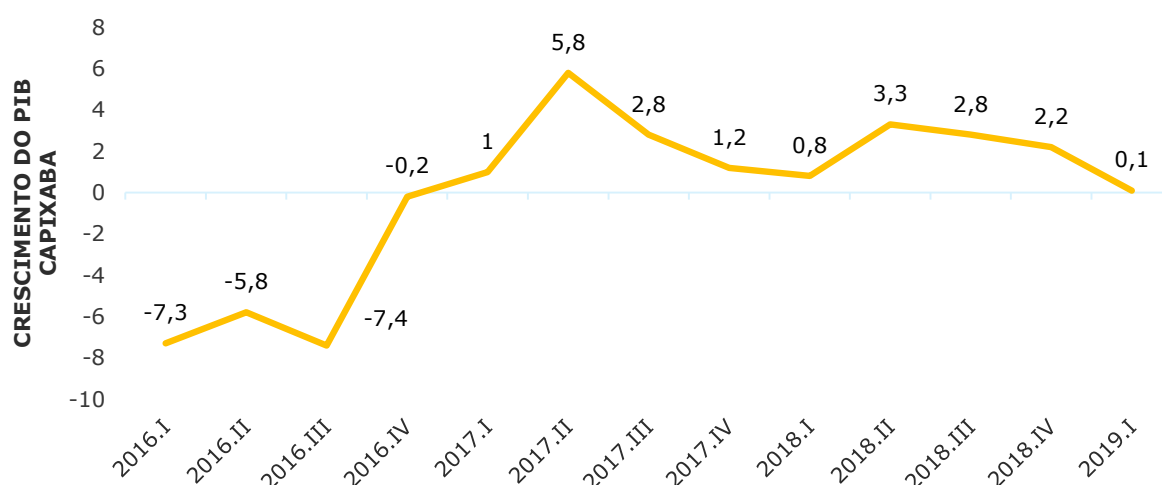
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

A redução de ritmo atingiu também o comércio varejista ampliado, que inclui Veículos, motos, partes e peças e Material de construção. No primeiro semestre de 2019, quando comparado ao primeiro semestre de 2018, o setor ampliado apresentou crescimento de apenas 3,2% contra 4,2%, no primeiro semestre de 2018, e 7,6%, no primeiro semestre de 2017, todos comparados a iguais períodos anteriores. A percepção dessa perda de dinamismo aliada à persistência do desemprego e das baixas taxas de crescimento do produto da economia em 2019, revisadas para baixo em todas as análises de especialistas de mercado, levou o governo a lançar mão das estratégias citadas de aumentar a liquidez da economia a partir da liberação dos saldos de poupança do FGTS, como medidas de emergência.

ECONOMIA CAPIXABA

De acordo com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) o Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo apresentou queda de 0,1% no primeiro trimestre de 2019. Ao longo de 2018, as taxas de crescimento positivas do nível da atividade econômica capixaba haviam recebido o suporte da expansão do comércio (14,4%) e da agricultura (40,7%). No entanto, a desaceleração dessas atividades, associada à contração na Indústria e a contínua queda nos serviços, definiram a queda de 0,1% do PIB estadual. Em valores correntes, estima-se que o PIB nominal, no primeiro trimestre de 2019, totalizou R\$ 29,1 bilhões, representando, assim, 1,64% do PIB nacional.

Gráfico 3.3 – Variação do PIB capixaba trimestre contra mesmo período do ano anterior (Variação % em Acumulado relação à igual período do ano anterior) - 1º trimestre de 2018 / 2º trimestre de 2019



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Elaboração própria.

No que tange a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), elaborada pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado de janeiro a julho, quando comparado a igual período de 2018, a produção industrial capixaba apresentou queda de 12,2%, pior resultado dentre os Estados pesquisados. Isso se deu, essencialmente, de acordo com o IJSN, pelos recuos assinalados nas indústrias extrativas (óleos brutos de petróleo, minérios de ferro pelletizados ou sintetizados e gás natural) e celulose, papel e produtos de papel (celulose).

Levantamento feito para julho de 2019 apontou o peso das atividades no setor industrial estadual na composição da taxa da Indústria Geral. Interessante observar que, em comparação com julho do ano anterior, a Indústria Extrativa (segmento de minérios de ferro e óleos brutos de petróleo e gás natural) manteve a contribuição negativa para o conjunto da Indústria (-9,7%), seguida de Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-5,2%) e Fabricação de produtos alimentícios (-0,4%). Em contrapartida, as taxas nos segmentos de Metalurgia (0,6%) e Fabricação de produtos minerais não-metálicos (0,6%) indicam ampliação de suas participações.

Os principais impactos para o setor extrativo foram a queda na produção de minério de ferro e *pallets*, seguido do setor de petróleo e gás natural, que vem apresentando redução da produção de óleo e gás natural no Espírito Santo ao longo dos últimos meses, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Importante destacar que as quedas na produção dos produtos citados evidenciam uma retração da atividade industrial. O minério de ferro e o óleo pesado constituem-se bases da indústria pesada e importantes produto da pauta de exportação do estado. Os *pallets* de madeira, subproduto da indústria do eucalipto, essas estruturas são feitas para facilitar o transporte de carga através de empilhadeira e o processo de armazenagem. Portanto, uma redução na produção deste produto indica perda de dinamismo da indústria.

Tabela 3.5– Variação do crescimento de setores sem ajuste sazonal - Em porcentagem (%)

Espécie da Atividade	Jul19/Jul18	Acumulado no ano	Acumulado 12 meses
Indústria Geral	-14,2	-12,2	-5,9
Indústria Extrativa	-9,7	-9,2	-4,6
Fabricação de produtos alimentícios	-0,4	0,0	0,4
Fabricação de celulose, papel e derivantes do papel	-5,2	-3,4	-1,9
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,6	1,1	0,5
Metalurgia	0,4	-0,8	-0,2

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Elaboração própria.

No que tange ao volume de vendas do comércio varejista restrito no Espírito Santo, já deflacionado, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve expansão de 6,0% no acumulado de janeiro a julho de 2019, comparado a igual período de 2018. O resultado colocou o estado na décima segunda posição no *ranking* nacional. Foi de fundamental importância para esse crescimento do varejo, as variações positivas apresentadas por seis das oito atividades que compõem o varejo restrito: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (56,8%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (13,5%); Tecidos, vestuário e calçados (11,3%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (10,0%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,0%); Combustíveis e lubrificantes (0,1%). Por outro lado, exerceram pressão negativa, Livros, jornais, revistas e papelaria (-44,9%) e Móveis e eletrodomésticos (-2,2%).

O volume de vendas do comércio varejista ampliado (que inclui veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção), registrou um aumento bastante próximo do varejo restrito na mesma base de comparação, ou seja, no acumulado de janeiro a julho de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento foi da ordem de 6,2%, superior à média

nacional (7,6%). Material de construção apresentou recuo de 5,1%. Já Veículos, motocicletas, partes e peças apresentou crescimento de 8,6%. O crédito para compra de veículos e motocicletas e os prazos mais longos de financiamento para esses bens ajudam a explicar o comportamento de alta.

Em relação ao comércio exterior, enquanto as importações apresentaram resultados positivos em todas as bases de comparação, as exportações tiveram comportamento oposto, apresentando resultado positivo apenas quando comparado o acumulado dos últimos quatro trimestres contra igual período anterior. Assim, no acumulado do ano, de janeiro a junho de 2019, as exportações capixabas retraíram-se em 3,4%, enquanto as importações aumentaram 15,8%.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a tragédia de Brumadinho impactou negativamente a extração e a produção de minério de ferro, além das retrações na produção de petróleo, gás, celulose, papel, produtos de papel e metalurgia, todos importantes itens da pauta exportadora capixaba. Como produtor e exportador, essencialmente, de *commodities*, a perda de dinamismo das exportações é reflexo também das condições impostas pelo mercado mundial, ou seja, redução do crescimento da economia chinesa, guerra comercial entre EUA e China e crise na Argentina, um importante importador de produtos brasileiros.

Os principais produtos exportados pelo estado do Espírito Santo foram a celulose, café e os semimanufaturados de liga de aço. Pelo lado das importações, os destaques ficaram por conta dos combustíveis, óleos e materiais betuminosos, além de máquinas e equipamentos de comunicação. Estados Unidos e China foram nossos principais parceiros, sendo que o primeiro foi o principal destino das exportações capixabas e o segundo ocupando o primeiro lugar no *ranking* das importações capixabas.

Um indicador importante é o ICEI-ES (Índice de Confiança do Empresário Industrial), elaborado mensalmente pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (IDEIES) em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele reflete a maneira pela qual os empresários avaliam as condições atuais e as expectativas para os próximos seis meses. Esse indicador alcançou 59,1 pontos, em julho de 2019, com aumento de 0,6 pontos frente ao mês imediatamente anterior. Vale ressaltar que, para esse tipo de análise, a luz vermelha se acende quando o índice fica abaixo dos 50,0 pontos. Tendo em vista que esse resultado interrompeu o curso de queda que vinha acontecendo desde fevereiro de 2019, com essa alta, o índice ficou 5,4 pontos acima da média histórica do Estado e pode indicar o início de uma recuperação do otimismo do empresariado industrial no Estado.

Apesar do aumento no indicador das expectativas dos empresários industriais, a análise por setor reflete diferentes expectativas a depender da atividade fim. Assim, o índice de confiança dos empresários da indústria extrativa e de transformação teve o declínio de 1,1 pontos entre junho e julho de 2019, caindo para 59,0 pontos. Já a confiança da indústria da construção indica melhora, 4,5 pontos em julho de 2019 frente a junho, expandindo para 57,7 pontos.

4. EMPREGOS E SALÁRIOS

INTRODUÇÃO

O subgrupo de Empregos e Salários centra sua análise na conjuntura econômica do Brasil e do Espírito Santo a partir de dados coletados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Observou-se a continuidade da lenta redução da taxa de desocupação, ainda insuficiente para recuperar os índices pré-crise instalada em 2015. No que tange ao mercado de trabalho formal houve uma redução no ritmo da geração de empregos, comparado com 2018. Ao mesmo tempo, as taxas de subocupação e informalidade se elevaram. Essas observações ensejam diversas dúvidas frente às novas relações de trabalho e à qualidade dos empregos formados no Brasil. Esse é o assunto tratado no Box 1 "Livres para Escolher?".

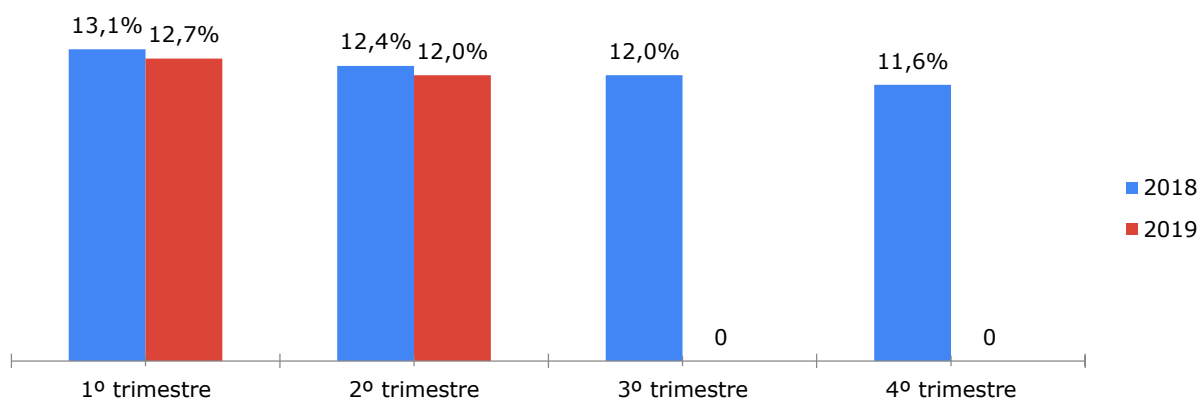
A análise retrata, ainda, quais foram os rendimentos médios por ocupação, analisa a desigualdade no mercado de trabalho por raça e gênero e expõe os dados sobre a conjuntura capixaba.

Os principais dados em consideração são referentes à PNAD Contínua comparando-se os dois primeiros semestres de 2019 com igual período de 2018, apresentando os principais fatores que influenciaram o comportamento da taxa de desocupação e dos rendimentos médios no período.

IBGE/PNAD Contínua trimestral

A taxa de desocupação para o primeiro e segundo trimestre de 2019 evidencia a continuidade da queda do desemprego vista em 2018. Nota-se, contudo, que esse movimento de redução da taxa de desocupação, sem uma contrapartida sustentável de crescimento da economia, ocorreu em grande parte pelo aumento do trabalho informal e das subocupações. Esses mesmos elementos tiveram forte influência nos dados do mercado de trabalho para o ano passado. Assim, no que diz respeito à taxa calculada pelo IBGE, tem-se uma redução de pouco mais de 0,7 p. p. de um trimestre para o outro chegando a 12% no segundo, dando continuidade a tendência de queda observada em 2018.

Gráfico 4.1: Evolução da taxa de desocupação



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria – Trimestres

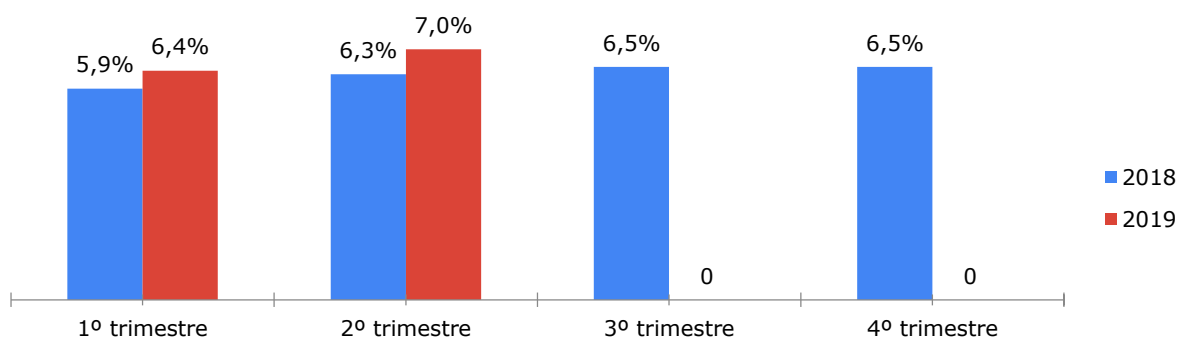
Nesse sentido, o ano de 2018 iniciou-se com uma taxa de desocupação de 13,1% e fechou com 11,6%. Quando comparado cada período dos dois anos, primeiro e segundo trimestres de 2019 e 2018, o que se tem é uma redução de 0,4 p.p. em ambos os casos. Essa paulatina redução pode ser entendida pelo crescimento, ínfimo, de 1,1% do PIB no ano 2018 e que parece ser o mesmo cenário para 2019; visto que a projeção de crescimento não ultrapassa 1,0%.

Por outro lado, um outro fator que pode ajudar a compreender essa redução da taxa de desocupação é justamente um aumento do número de pessoas ocupadas em postos de trabalhos informais. O número absoluto de trabalhadores que estavam na informalidade, em 2018, era de 44 milhões, 18% superior aos 37,3 milhões que se encontravam nesta situação em 2017, conforme dados do IBGE. Deste total, aproximadamente 16 milhões são trabalhadores sem carteira assinada e 23 milhões trabalhavam por conta própria.

Segundo dados do IBGE, até o segundo trimestre de 2019, o número de pessoas empregadas no setor privado sem carteira assinada atingiu um recorde de 11,7 milhões. Ademais, não fugindo a essa regra, a categoria de trabalhadores por conta própria alcançou, também, um recorde e chegou a 24,2 milhões de pessoas no período. Quando somados esses dois dados pode-se observar que essas ocupações representam 38,35% da quantidade de pessoas ocupadas no país.

Esse movimento demonstra um avanço da precarização das formas de ocupação da economia brasileira, fruto das incertezas à respeito da expansão da economia real. Em muitos casos, essa representa a única saída para a garantia de uma renda para essas pessoas, visto que a demanda da economia está desaquecida e mostra-se insuficiente para absorver esse contingente de pessoas.

Gráfico 4.2: Taxa de subocupação da força de trabalho (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria. Trimestres.

Neste mesmo sentido, nos últimos anos a taxa de subocupação da força de trabalho, que representa a quantidade de pessoas que trabalharam menos horas do que gostariam ou precisariam trabalhar, também tem apresentado tendência de alta.

Ao longo do ano de 2018, a taxa de desocupação da força de trabalho passou de 5,9% para 6,5%, uma elevação de 0,6 p.p. Nos últimos dois trimestres de 2018, a taxa se manteve estável, sendo que obteve o mesmo resultado no primeiro trimestre de 2019. Essa estabilidade dá lugar uma nova elevação no segundo trimestre deste ano, quando a taxa chega a 7%, uma variação positiva de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 4.1: Rendimento Médio Real efetivamente recebido, por tipo de (R\$)

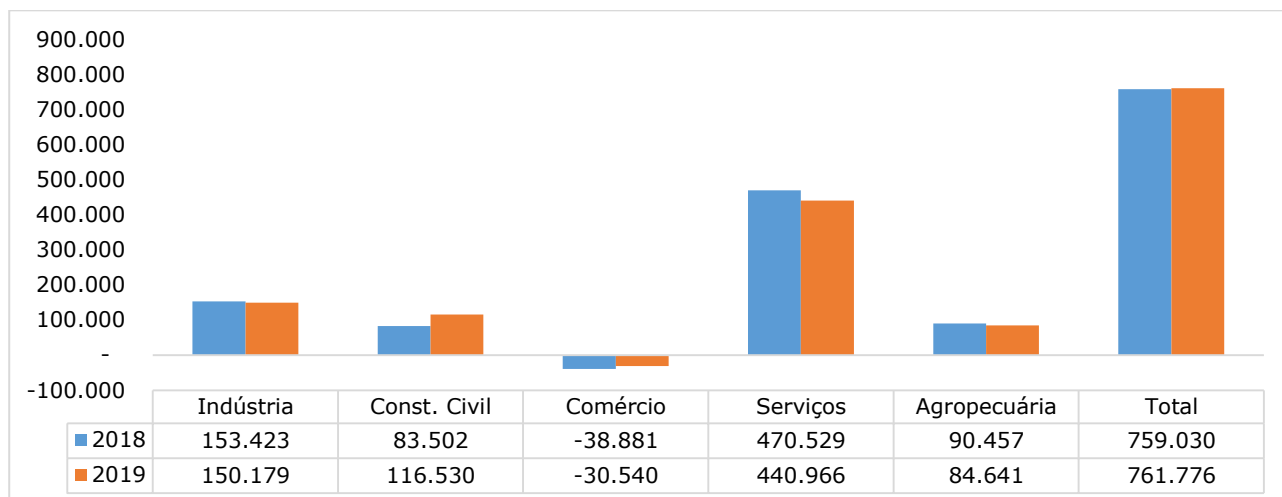
Tipo de Ocupação	2018/1	2018/2	2018/3	2018/4	2019/1	2019/2
Setor privado com carteira assinada	2.140,00	2.144,00	2.148,00	2.129,00	2.165,00	2.166,00
Setor privado sem carteira assinada	1.270,00	1.340,00	1.337,00	1.371,00	1.350,00	1.399,00
Setor Público	3.592,00	3.544,00	3.537,00	3.596,00	3.706,00	3.661,00
Conta Própria	1.644,00	1.643,00	1.612,00	1.670,00	1.671,00	1.662,00
Empregador	5.516,00	5.431,00	5.644,00	5.473,00	5.691,00	5.785,00

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria. Trimestres.

Já no que tange à média de rendimentos reais, pode-se observar que não houve variações expressivas, indicando uma leve tendência de alta. Destaca-se a diferença entre os rendimentos de trabalhadores com e sem carteira assinada, representando uma diferença de mais 60% em favor dos primeiros. Finalmente, cabe observar o avanço dos postos de trabalhos informais, que apresentaram a menor remuneração e variação no tempo; justamente as ocupações que estão puxando a taxa de desocupação para baixo.

CAGED/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, constatou-se a geração de 593.467 novos postos de trabalho entre janeiro e agosto de 2019. Esse número é ligeiramente inferior aos 608.024 novos empregos gerados no mesmo período em 2018. No ano corrente nota-se uma melhora na geração de empregos em dois setores: a construção civil, que fechou com o saldo de 96.575 novos empregos criados, 26.657 a mais do que no mesmo período de 2018, e o comércio que, apesar de ter um saldo negativo, representando maior número de desligamentos em relação ao de admitidos, teve um desempenho melhor se comparado ao acumulado do ano anterior, como se visualiza no Gráfico 4.3. Os outros três setores - Agropecuária, Indústria e Serviços - por sua vez, apresentaram um desempenho inferior ao ano anterior no acumulado entre janeiro e agosto, apesar de todos eles exibirem saldo positivo no que tange à geração de empregos. Tais dados podem ser observados no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.3. Evolução do emprego formal por setor de atividade (saldos acumulados de janeiro a agosto de 2018 e 2019)

Fonte: ME/CAGED. Valores ajustados com dados entregues fora do prazo até agosto/2019.

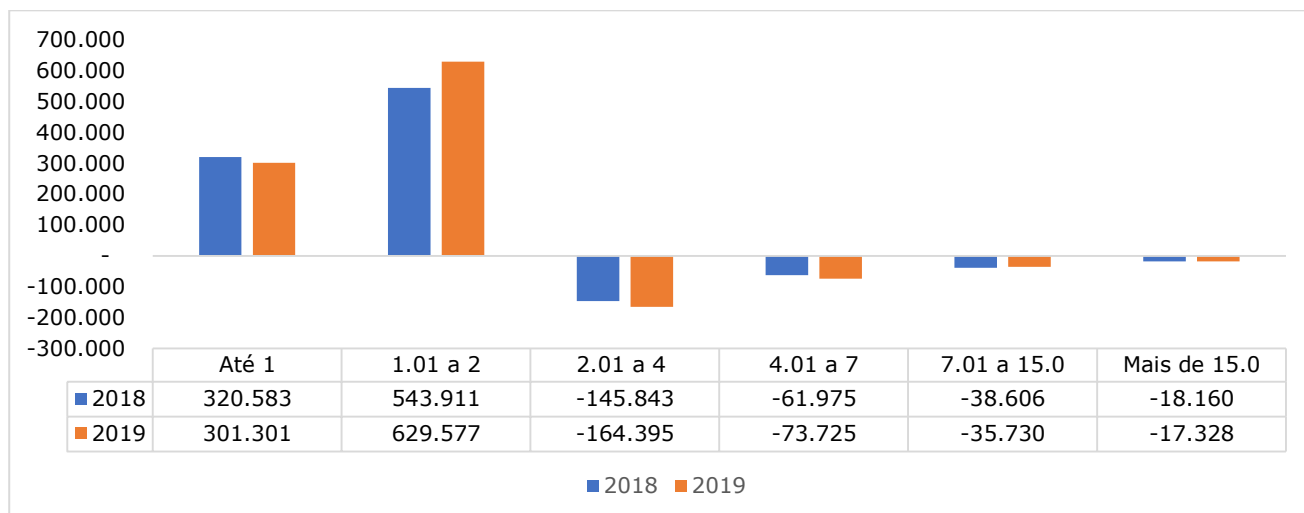
A despeito da melhora no quadro frente aos oito primeiros meses de 2018, o Comércio seguiu sendo o setor que mais perdeu postos de trabalho. Em parte, tal resultado pode ser explicado pelo comportamento sazonal do setor que gera muitos empregos temporários no final de cada ano, elevando o número de demissões no início do ano seguinte. Em agosto de 2019, o setor apresentou saldo positivo de 24.349 postos de trabalho e, em setembro 26.918.

Nos demais setores, com exceção da construção civil, a geração de empregos formais segue em ritmo lento devido não apenas a baixa velocidade da recuperação da atividade, mas também em face da crescente informalidade.

Apesar disso, os números apresentados no Gráfico 4.3 e pelo próprio portal do CAGED mostram que, apesar de crescimento e do decréscimo em alguns setores, o comportamento do mercado de trabalho nos anos de 2018 e 2019 é bem similar, devido a lenta recuperação econômica pós crise.

Quando analisados a partir dos salários, é possível perceber que os novos postos de trabalho criados se concentram em rendimentos até o limite de dois salários mínimos. Nos estratos acima desse valor o número de demissões tem sido superior ao de admissões, como pode ser observado no Gráfico 4.4.

Porém, cabe salientar que a maior geração de empregos observada entre um e dois salários mínimos não é um fato conjuntural na economia brasileira, e sim uma tendência que se repete ao menos desde 2004 - início das apresentações destes dados pelo CAGED.

Gráfico 4.4. Evolução do emprego formal por faixas salariais (saldos acumulados de janeiro a agosto de 2018 e 2019)

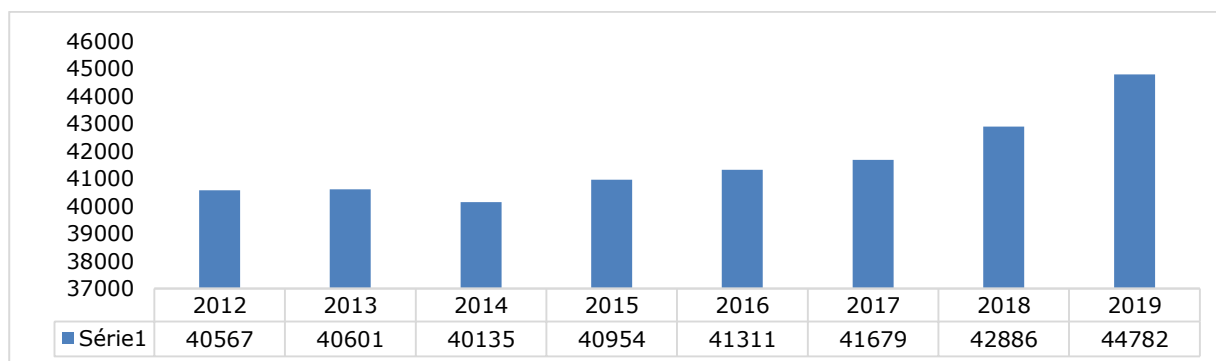
Fonte: ME/CAGED. Valores ajustados com dados entregues fora do prazo até agosto/2019.

BOX 1 - LIVRES PARA ESCOLHER?

Nos últimos anos, a persistência de altas taxas de desemprego no Brasil, 12% no segundo trimestre de 2019, nada menos que 12,8 milhões de desempregados, mantém uma grande massa de pessoas a procura de emprego, impossibilitadas de manter certo nível de renda.

Nesse sentido, a informalidade, historicamente alta no Brasil, tem crescido ainda mais nos últimos anos como forma de garantir ocupação e rendimentos para suprir necessidades básicas do trabalhador. Assim, como demonstrado no Gráfico 1, o trabalho informal cresceu nos últimos anos, chegando a mais de 44 milhões de trabalhadores no último período de 2019 analisado pela PNAD contínua.

São considerados informais trabalhadores que não possuem vínculos empregatícios, nem CNPJ, ou seja, não possuem carteira assinada, contrato de trabalho ou empreendimento formal. Com o aumento da informalidade na atualidade observam-se, portanto, mudanças nas relações de trabalho, as quais são cada vez mais marcadas por um caráter flexível.

Gráfico 1: Número de trabalhadores informais* no Brasil (Mil pessoas) 2º trimestre de cada ano

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaborado pelos próprios autores.

*Empregados sem carteira assinada dos setores público e privado, domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria e trabalhador familiar.

A informalidade e a flexibilidade nas formas de contratação e na relação empregador/empregado podem ser observadas por diversas óticas. Nesse contexto, há quem defenda, por exemplo, que o trabalhador, em decorrência da informalidade/flexibilização, ganha liberdade em sua jornada de trabalho. Além disso, defende-se, também, que a

facilidade em promover a admissão dos trabalhadores geraria mais empregos, ao desburocratizar os processos de contratação e desligamento.

Por outra ótica, esse processo é visualizado como uma forma de precarização dos direitos trabalhistas, pois sem a caracterização do vínculo empregatício o trabalhador não tem acesso, ou tem de forma limitada, aos direitos previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como seguro-desemprego, vale-transporte, férias, FGTS e previdência social, dentre outros.

A qualidade do trabalho informal também é questionada no âmbito dos trabalhadores por conta própria. Esse grupo abrange, por exemplo, profissionais autônomos, como advogados e médicos, além de vendedores ambulantes e trabalhadores ligados as novas plataformas digitais, como motoristas de *Uber* e entregadores do *I food*. Nesse último grupo, as contradições referentes aos benefícios do trabalho informal mostram-se ainda mais explícitas.

Nesse sentido, os profissionais ligados às plataformas digitais são relacionados a um discurso de liberdade e empreendedorismo, além de serem classificados como conta própria por uma ótica que não os considera subordinados a um empregador. A liberdade, no entanto, é contraditória diante da necessidade de manter altas cargas de trabalho para conseguir um rendimento mínimo.

Definir tal trabalhador como empreendedor, bem como por conta própria, é uma forma de eximir as empresas detentoras dos aplicativos da responsabilidade sobre os direitos de tais pessoas. Isso, pois, ao serem vistos como empresários todo a carga de seguridade deve ser sustentada pelo próprio trabalhador.

Esses são alguns dos impasses que estão em pauta no entendimento das novas relações de trabalho, que precisam ser estudadas e contar com adequações da legislação. O trabalhador, no entanto, diante da necessidade imediata do emprego não possui outra escolha que não optar por ocupações que, independentemente de sua extrema precariedade, os garanta sua existência.

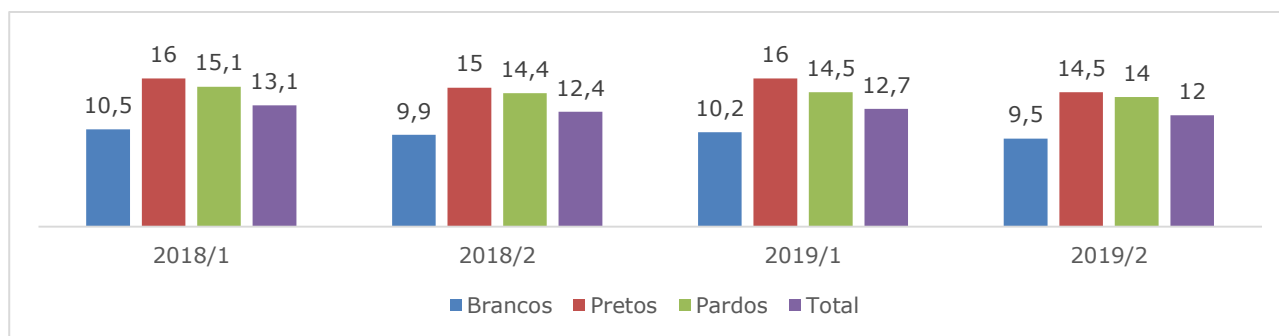
DESIGUALDADE RAÇA E GÊNERO NOS EMPREGOS E SALÁRIOS

A questão racial:

A questão racial tem papel fundamental no entendimento da estrutura socioeconômica brasileira. As desigualdades expressas no mercado de trabalho representam, assim, apenas uma de suas diversas faces.

No segundo trimestre de 2019, nota-se que mesmo com uma suave queda na taxa geral de desocupação, os autodeclarados pretos e pardos seguem mais atingidos pelo desemprego. Enquanto a taxa mais recente aponta uma desocupação de 9,5% para os brancos, os pretos e pardos não ocupados representavam, respectivamente, 14,5% e 14% da PEA, no segundo trimestre de 2019 (Gráfico 4.5).

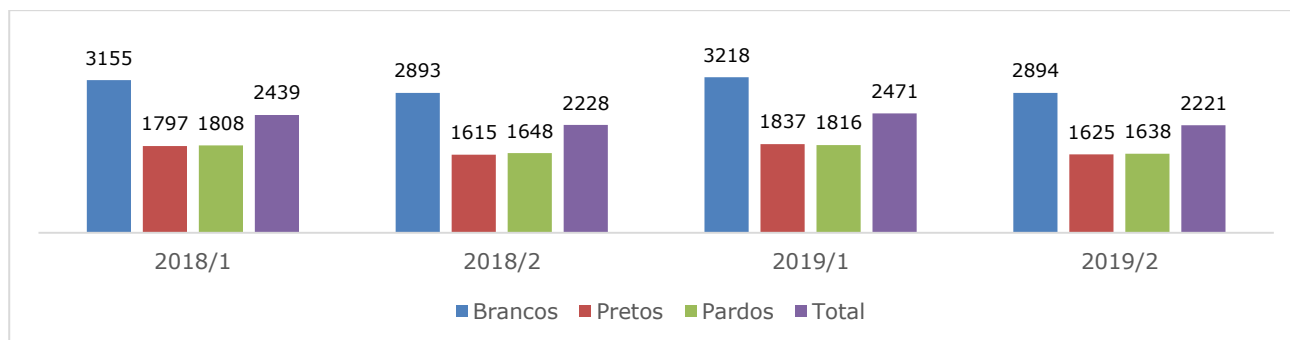
Gráfico 4.5: Taxa de desocupação trimestral, por cor e raça (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Gráfico de elaboração própria.

Quando se trata dos rendimentos, também não se nota nenhuma mudança expressiva, ao longo do tempo. Enquanto o rendimento médio mensal de pretos e pardos gira em torno de R\$ 1.600,00, os brancos receberam em média R\$ 2.800,00, no segundo trimestre de 2019 (Gráfico 4.6).

Gráfico 4.6: Rendimento médio mensal, efetivamente recebido, por cor e raça (R\$)



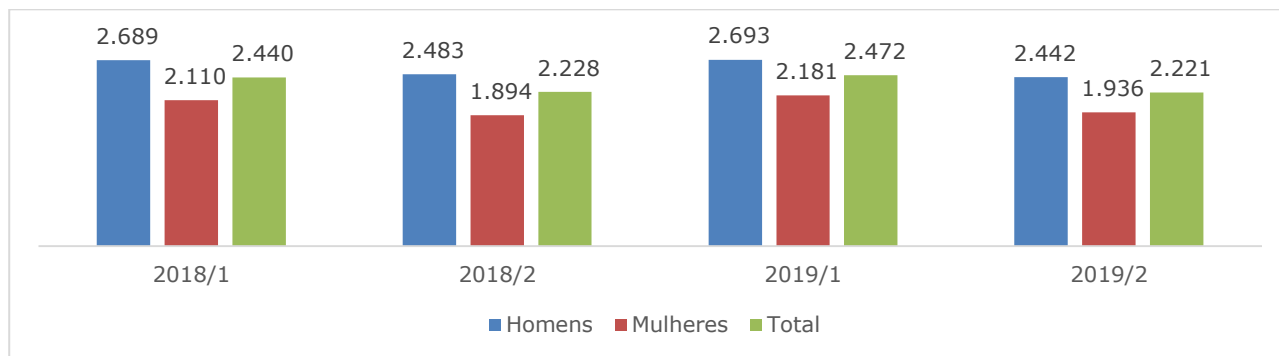
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Gráfico de elaboração própria. Trimestres.

É válido destacar que os dados apresentados estão de acordo com a nomenclatura dada pelo IBGE e ao critério de autodeclaração da população, o que afeta diretamente os dados sobre a população negra, que é subdividida em pretos, para negros retintos, e pardos, para negros de pele clara.

A questão de gênero:

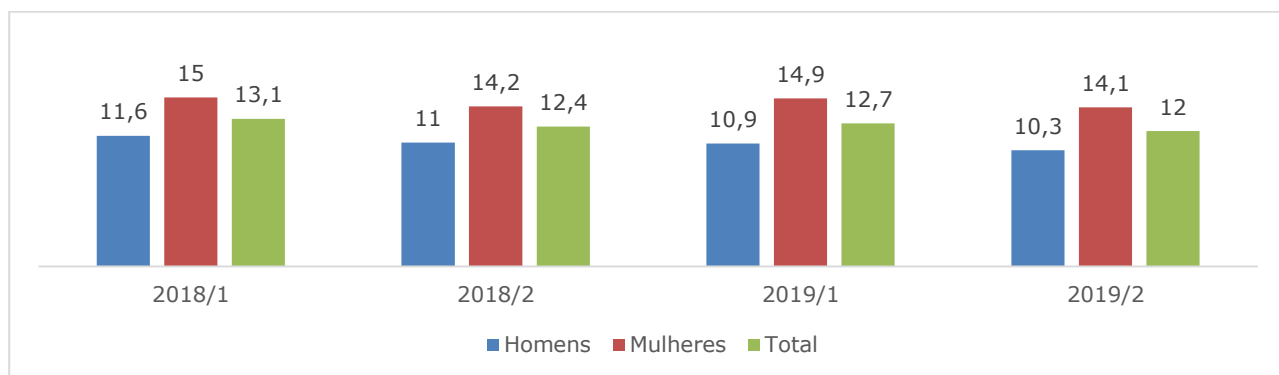
A inserção da mulher no mercado de trabalho, ampliada nas últimas décadas, foi um marco para a liberdade feminina, entretanto os dados apontam que são elas as mais atingidas pelo desemprego, além de receberem pior remuneração.

A comparação entre os níveis de renda de homens e mulheres no Brasil não apresenta mudanças expressivas por ser um dado advindo de falhas estruturais da sociedade e não um acontecimento conjuntural atípico. Analisando os rendimentos médios mensais deste ano, vemos que a renda das mulheres é equivalente a 79,27% da renda média masculina, no segundo trimestre de 2019, o que apresenta uma queda em relação ao trimestre imediatamente anterior, em que ela equivalia a 80,98% da renda média mensal masculina (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7: Rendimento médio mensal, efetivamente recebido, por sexo (R\$)

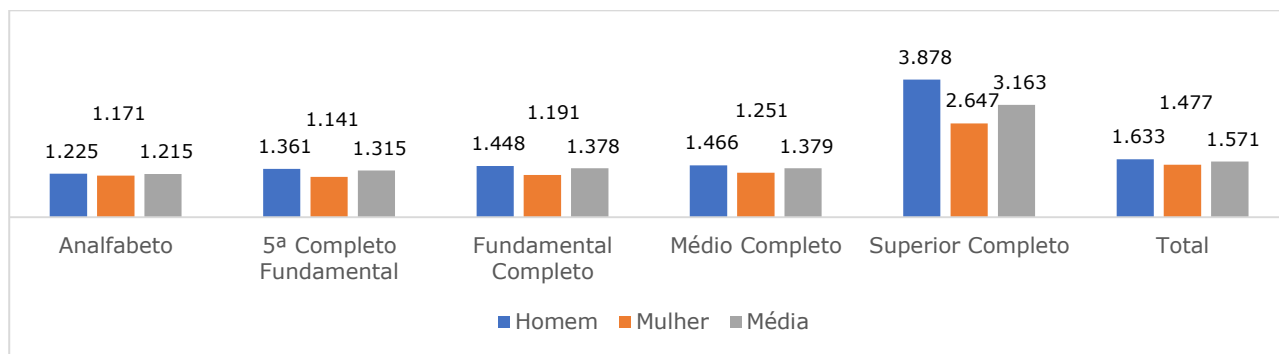
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Gráfico de elaboração própria. Trimestres

A análise dos dados de desemprego apresenta uma queda para ambos, entretanto a força de trabalho feminina ainda permanece com taxas superiores à 14%, 3,8 pp acima da taxa para os homens (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.8: Taxa de desocupação trimestral, por sexo (%)

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Gráfico de elaboração própria.

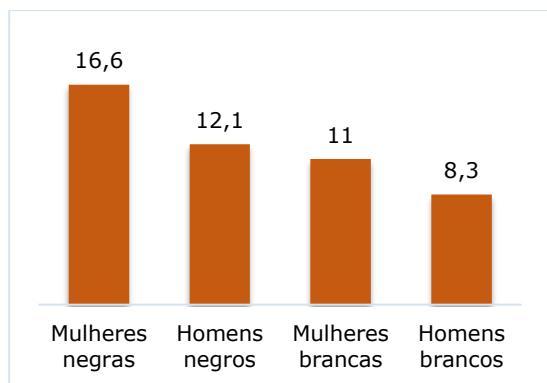
Utilizando dados do CAGED, para o mercado de trabalho formal é possível observar que a maior discrepância entre as remunerações se encontra nos níveis mais altos de escolaridade. Entre os trabalhadores com ensino superior completo a remuneração das mulheres equivale, em média, a 68,26% do salário dos homens (Gráfico 4.9).

Gráfico 4.9: Salário médio de admissão de homens e mulheres, por nível de escolaridade. Média mensal de janeiro a agosto/2019 (R\$)

Fonte: CAGED/MTE (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Elaboração própria.

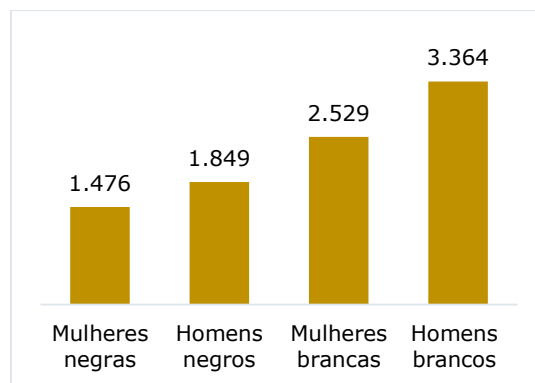
Um fato que merece destaque é que mesmo sendo a parcela da população com maior nível de escolaridade, as mulheres têm renda menor em todas as áreas, o que aponta uma desvalorização da mão de obra feminina.

Ao analisar os microdados da PNAD é possível ter uma noção mais precisa, de como as mulheres negras são as mais prejudicadas no mercado de trabalho, sendo entre elas identificadas a maior taxa de desocupação e o menor rendimento médio, como se percebe nos gráficos abaixo (4.10 e 4.11).

Gráfico 4.10: Taxa de desocupação* por raça e sexo

Estimativa com base nos dois últimos trimestres de 2018 e dois primeiros trimestres de 2019.

Fonte: FSP/IBGE- PNAD Trimestral/microdados. Gráfico de elaboração própria.

Gráfico 4.11: Rendimento médio mensal*, por raça e sexo

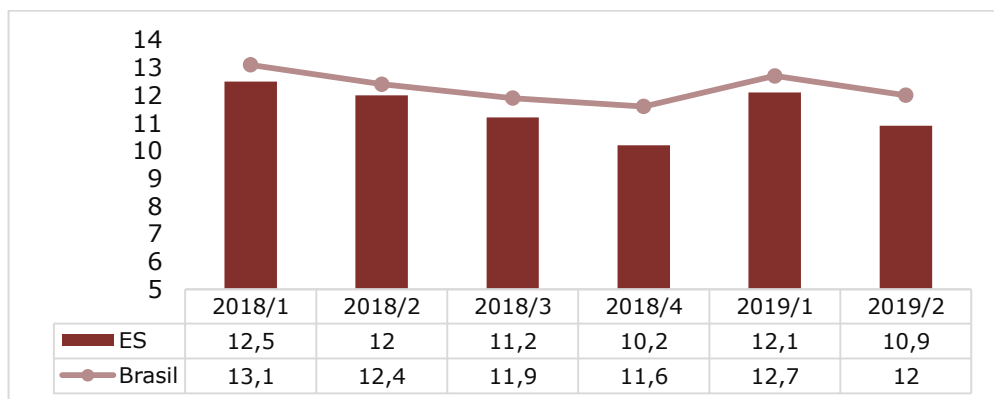
Estimativa com base nos dois últimos trimestres de 2018 e dois primeiros trimestres de 2019.

Fonte: FSP/IBGE- PNAD Trimestral/microdados. Gráfico de elaboração própria.

EMPREGOS E SÁLÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO

Para esta análise, são utilizadas duas bases de comparação, a primeira busca comparar um trimestre com o seu antecessor imediato, na segunda, realiza-se a comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, visando contornar a sazonalidade. Em relação aos níveis de desocupação do Espírito Santo, identifica-se, de acordo com o Gráfico 4.12, que tal taxa caiu 1,2 p.p. se comparada com o resultado do trimestre imediatamente anterior, passando de 12,1% para 10,9%. Comparando com o mesmo período no ano anterior nota-se também uma redução de 1,1 p.p. Mesma diferença vista na comparação entre a taxa de desocupação capixaba com a nacional.

Gráfico 4.12: Taxa de desocupação trimestral no Espírito Santo e no Brasil (%)

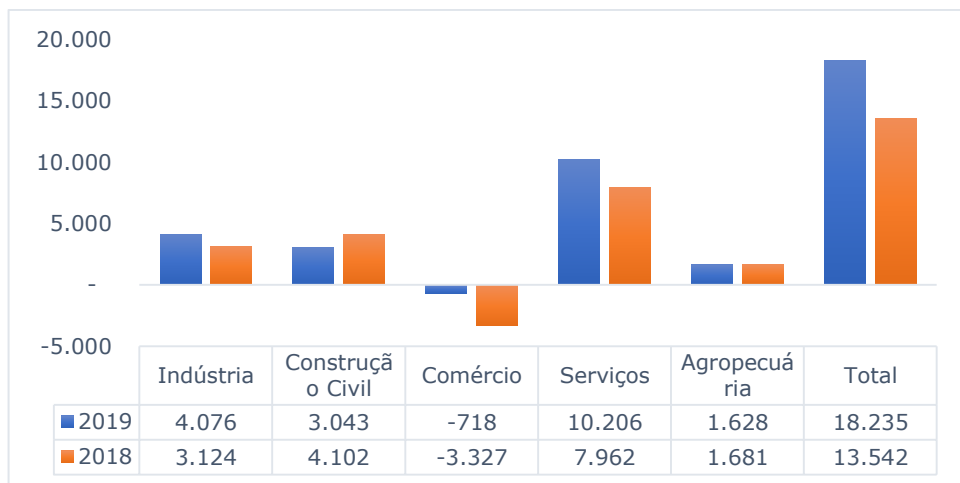


Fonte: IBGE/PNAD Trimestral. Elaboração própria

O Gráfico 4.13 apresenta o saldo de admissões e desligamentos do Espírito Santo, percebe-se que houve a criação de 18.235 novos postos de emprego formal no

estado de janeiro a setembro de 2019, o que equivale a um crescimento de 25% comparado com o mesmo período no ano anterior. O destaque na geração de empregos formais seguiu sendo o setor de serviços, com 10.206 novos postos criados entre janeiro e setembro de 2019.

Gráfico 4.13: Saldo de admissões e desligamentos por setor, acumulado até setembro para 2018 e 2019, no Espírito Santo



Fonte: ME/CAGED. Elaboração própria.

O setor de comércio, seguindo padrão nacional, perdeu postos de trabalho, o que se explica pelas tradicionais demissões de trabalhadores temporários que se concentram nos primeiros meses do ano. Vale notar que o setor de serviços segue contratando, mesmo não apresentando crescimento significativo no ano. Segundo dados do IBGE o setor recuou 1,3% no segundo trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

Quando analisada a questão dos salários, repara-se certa estabilidade nos dados, fazendo a comparação do segundo trimestre de 2018 com o segundo de 2019, percebe-se um crescimento de 4,11% dos empregados, um crescimento de 16,51% entre os empregadores, e também crescimento de 0,68% nos salários dos trabalhadores por conta própria, fazendo assim com que houvesse um aumento de 4,10% no total. Cabe ressaltar a persistência da diferença entre os rendimentos de empregados e trabalhadores por conta, em favor dos primeiros.

Tabela 4.14: Rendimento real médio mensal, efetivamente recebido, por tipos de ocupação, no Espírito Santo (R\$)

	2018/1	2018/2	2018/3	2018/4	2019/1	2019/2
Empregado	1.942	1.894	1.915	1.937	1.979	1.972
Empregador	5.100	4.433	5.505	5.218	6.037	5.165
Conta Própria	1.666	1.617	1.683	1.743	1.676	1.606
Total	2.032	1.950	2.032	2.042	2.094	2.030

Fonte: IBGE/PNAD Trimestral. Elaboração própria.

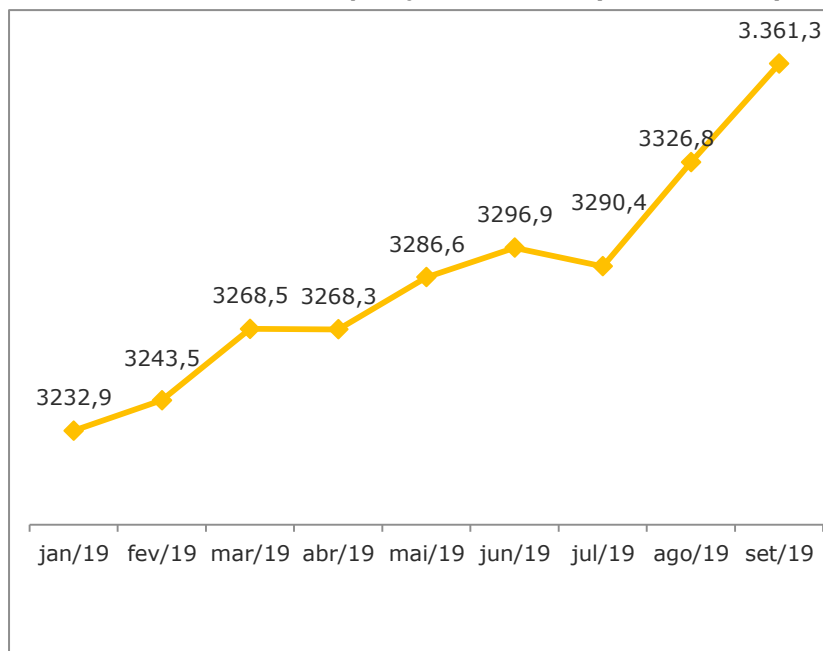
5. POLÍTICA MONETÁRIA

CRÉDITO

O saldo total das operações de crédito, durante o período de janeiro a setembro de 2019, apresentou um aumento de 3,2%, fechando o período em R\$ 3,36 trilhões, resultado superior em 0,7 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Gráfico 5.1, nota-se uma tendência de alta no saldo total das operações de crédito que perdura por todo o período de análise, exceto no mês de junho, acompanhando o crescimento registrado no ano de 2018. Esse resultado pode indicar o fim de um período no qual o total das operações de

crédito foram negativamente impactadas pela recessão econômica que afetou o Brasil, período iniciado em janeiro de 2016 e que se manifestou no mínimo até setembro de 2018.

Gráfico 5.1 – Saldo total das operações de crédito (em R\$ bilhões)



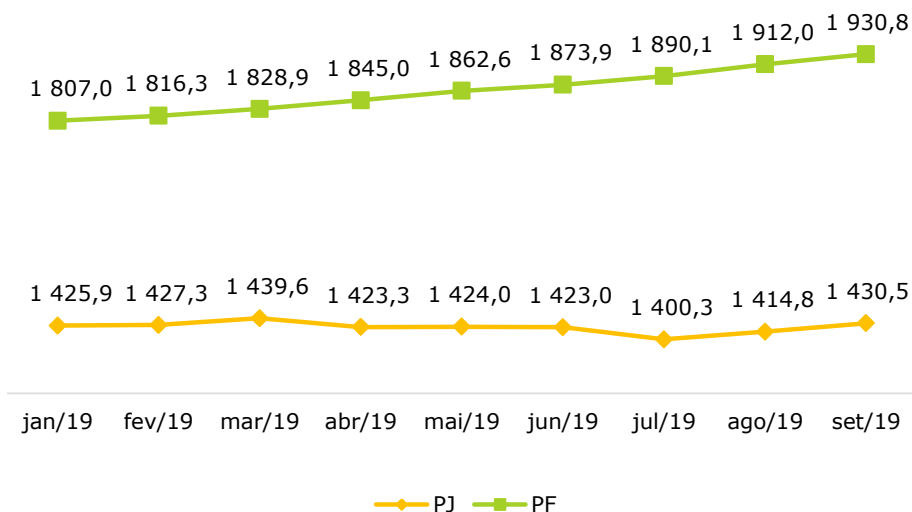
Fonte: Banco Central do Brasil/IBGE. Elaboração própria.

Dividindo o total das operações de crédito entre Pessoa Física e Jurídica, notam-se movimentos diferentes. Para o crédito à Pessoa Física, observou-se um avanço de 7,7%, no saldo de janeiro a setembro de 2019, totalizando R\$ 1,93 trilhão, patamar mais alto registrado nos últimos seis anos para o crédito à pessoa física. No mesmo período do ano passado a elevação foi de 4,8%, intensificando o aumento dessa modalidade de crédito que vem ocorrendo desde 2014.

No outro plano de análise, tem-se o crédito destinado à Pessoa Jurídica, que, diferentemente do crédito para

pessoa física e na mesma base de comparação, teve uma redução de 2,4%, encerrando setembro de 2019 com um saldo de R\$ 1,43 trilhão. De forma mais detida, o crédito destinado à Pessoa Jurídica manteve, de janeiro até setembro 2019, a mesma tendência de queda registrada no mesmo período de 2018, uma variação de -0,1%.

Gráfico 5.2 – Saldo Crédito – P. Física X P. Jurídica (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil/IBGE. Elaboração própria.

Além da divisão entre Pessoa Física e Jurídica, as operações de crédito são classificadas em recursos livres e crédito direcionado, conforme mostra o gráfico 5.2. O crédito direcionado, como o próprio título já diz, é destinado a determinados setores ou atividades da economia, como o crédito rural, o financiamento imobiliário e o crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O crédito de recursos livres envolve empréstimos nos quais as instituições financeiras têm autonomia sobre o destino dos recursos. Dentre eles, estão,

por exemplo, o financiamento de veículo à pessoa física e o financiamento de importações à pessoa jurídica.²

O crédito com recursos livres totalizou R\$ 1,89 trilhão, no acumulado até setembro de 2019, apresentando uma tendência positiva, com variação de 8,0% nesse mesmo intervalo de tempo. No mesmo período de 2018, janeiro a setembro, houve um aumento de 5,9%. Não obstante, nos recursos livres à Pessoa Jurídica, tem-se um aumento de 4,1% em igual período fechando o mês de setembro em R\$ 847,4 bilhões.

Quando apurada de forma ampliada, percebe-se que essa alta do saldo de crédito com recursos livres para Pessoa Jurídica, entre janeiro e agosto de 2019, foi puxada pela elevação de 0,5% do saldo do crédito para capital de giro, que equivaleu, em setembro de 2019, a 35,1% do saldo total do crédito com recursos livres destinados à pessoa jurídica. Também contribuiu para a alta do saldo do crédito para pessoa jurídica o crescimento de 52,7% do saldo de crédito para aquisição de veículos, que equivaleu, em setembro de 2019, a 5,04% do saldo total do crédito com recursos livres destinados à pessoa jurídica.

No saldo de crédito com recursos livres à Pessoa Física, nota-se uma elevação de 11,3%, de janeiro até setembro de 2019,

² Conforme o glossário que acompanha a nota para imprensa do Banco Central do Brasil (BCB), as operações com recursos direcionados são aquelas “operações de crédito regulamentadas pelo CMN ou vinculadas a recursos orçamentários destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, rural e de infraestrutura. As fontes de recursos são oriundas de parcelas das captações de depósitos à vista e de caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos.”. Enquanto as operações com recursos livres são aquelas que “correspondem aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários. Nas operações livres, as instituições financeiras têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados em mercado.”. Disponível em <https://bit.ly/2kJ1RO2> acessado em 24/09/2019.

fechando setembro em R\$ 1,05 trilhão, sendo que as concessões, ou seja, contratos de crédito firmados no período aumentaram em 15,4% nesse período. A modalidade de crédito que respondeu pela maior parte da alta desse saldo foi o crédito pessoal, que cresceu no período 12,1% encerrando setembro respondendo por 47,6% do saldo total do crédito com recursos livres à pessoa física. Também contribuiu para o crescimento do saldo de crédito com recursos livres à pessoa física a modalidade de cartão de crédito, que expandiu 6,8% e respondeu, em setembro de 2019, por 23,5%, do total do saldo de crédito com recursos livres à pessoa física. Além disso, cresceu em 13,1% o saldo de crédito da modalidade de aquisição de veículos, responsável, no final do período, por 18,3% do total do saldo de crédito com recursos livres à pessoa física.

O crédito com recursos direcionados encerrou setembro de 2019 com um saldo de R\$ 1,46 trilhão, queda de 2,4% no ano, superior à redução de 1,1% apresentada no mesmo período do ano anterior. Quando analisado para a pessoa jurídica, o crédito com recursos direcionados apresentou um recuo de 10,5%, tendo sido essa redução majoritariamente explicada pelo resultado do crédito com recursos do BNDES, responsável por 69,0% dessa modalidade. Esse crédito com recursos do BNDES apresentou uma retração expressiva, da ordem de 9,4% até setembro de 2019, totalizando R\$ 402,4 bilhões, enquanto no mesmo período de 2018, a redução havia sido de 7,5% e o saldo era de R\$ 450,5 bilhões.

Uma medida recente a se destacar, relacionada ao BNDES, é a redução dos recursos do PIS/PASEP a ele direcionados, antes de 40% do total e, a partir da aprovação da Reforma da Previdência no dia 12 de novembro, reduziu-se para 28%. A essa medida de grande impacto sobre esse banco público se soma um conjunto de ações fiscais voltadas para diminuir o tamanho do BNDES e o seu papel.

Além do crédito com recursos do BNDES, também declinou o saldo das operações de financiamentos imobiliários com recursos direcionados, reduzindo em 17,3% no período.

Porém eles representam apenas 6,5% do total da modalidade, e as operações de crédito rural, que correspondem a 9,3% do crédito direcionado às pessoas jurídicas, teve um expressivo recuo de 21,7%. Esse último dado chama a atenção porque, no mesmo período do ano de 2018, essa modalidade cresceu 6,7%.

O saldo do crédito com recursos direcionados à pessoa física aumentou 3,7% de janeiro até setembro de 2019, puxado pelo aumento no saldo do financiamento imobiliário, que cresceu 4,2%, já o crédito rural apresentou uma elevação de 3,6%, juntos, eles respondem por 93,3% do saldo de crédito no mês de setembro de 2019. Esse crescimento é um pouco maior do que período de 2018, o qual ficou em 3,3%.

TAXA DE JUROS

Em sua última reunião, no mês de outubro de 2019 o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu por reajustar a meta da taxa Selic para baixo. A meta da taxa de juros base para a economia foi fixada em 5,0% a.a.. Acompanhando o declínio de 0,5 p.p. observado na reunião anterior.

A taxa Selic sofreu a terceira alteração no ano, aproximando-se um pouco das expectativas do “mercado”, divulgadas no Boletim FOCUS, que encerraram o mês de setembro apontando para uma taxa Selic de 4,75% a.a..³

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), a taxa Selic é um dos principais instrumentos de controle inflacionário, sendo necessário, segundo o regime de metas de inflação, acompanhar os movimentos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) com intuito de aproximar o índice ao centro da meta, 4,25% a.a.. Para fins dessa análise, será utilizada a taxa real de juros da SELIC – isto é, a taxa Selic descontada a inflação.⁴ O IPCA, no acumulado em 12 meses

³ Sobre as expectativas de mercado, consultar: <https://bit.ly/2k2e9ko>.

⁴ A taxa de juros real anual foi calculada dividindo a taxa nominal pela taxa do IPCA acumulado em 12 meses, conforme a seguinte fórmula: $[(1+i) / (1+j) - 1]$, onde i representa a taxa nominal de

de setembro de 2019, registrou, por sua vez, uma taxa de 2,89% a.a.. Assim, o movimento da taxa de juros real, de janeiro a setembro de 2019, foi de declínio, iniciando o ano em 2,62% a.a. e fechando o mês de setembro em 2,54%, uma redução de 0,08 p.p..

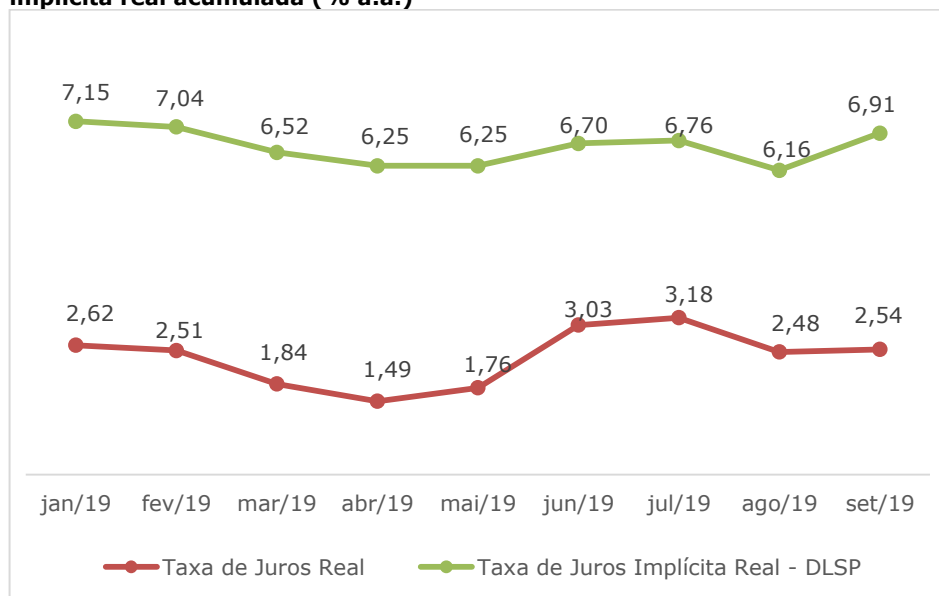
O histórico brasileiro é de manutenção da taxa real de juros em altos patamares, sendo a 6ª maior taxa básica de juros dentro os países do G20⁵. Inclusive, pode-se analisar os altos níveis da taxa real de juros mesmo em momentos recessivos e de declínio da atividade econômica.

Outro elemento importante na análise acerca da taxa de juros é a chamada taxa de juros implícita da dívida líquida do setor público. Ela representa uma média de taxas de juros que incidem sobre o passivo do setor público, descontados seus ativos, mostrando a taxa de juros média paga aos detentores da dívida. Para fins de análise, calculou-se o seu valor real, que fechou o mês de setembro de 2019 em 6,91%, observando, assim, uma queda de 0,24 p.p., com relação ao início do ano, quando se encontrava em 7,15% a.a..

Pode ser observada uma queda entre os meses de fevereiro e março de 2019, correspondente a aceleração da inflação. Desde então, a taxa implícita real permanece na casa dos 6% a.a.. Importante notar que se trata de 4,37% p.p. acima da taxa real de juros, de forma que a taxa média de remuneração da dívida é bem expressiva em comparação com a taxa real de juros – sendo que a taxa real de financiamento dos bancos no mercado de reservas bancárias é apenas uma das formas de remuneração da dívida pública.

juros, e j a taxa de inflação. Trata-se, nesse caso, do custo real do dinheiro ofertado no mercado de reservas bancárias aos bancos pelo BCB.

⁵ Fonte: <https://tinyurl.com/y7mnpldc>.

Gráfico 5.3 – Taxa de juros real acumulada (% a.a.) x Taxa de juros implícita real acumulada (% a.a.)

Fonte: Banco Central do Brasil/IBGE. Elaboração própria.

Analisando o Indicador de Custo do Crédito (ICC)⁶ do sistema financeiro, que computa o custo conjunto das operações de crédito da economia, pode-se observar que atingiu 21,2% a.a. em setembro, registrando aumento de 0,7 p.p. de janeiro até setembro de 2019. O ICC para pessoa jurídica fechou o mês de setembro em 14,2% a.a., uma redução de 0,2 p.p. em relação ao começo do ano, e para pessoas físicas o mesmo

⁶ Conforme o glossário do BCB, que acompanha as Estatísticas Monetárias e de Crédito (28/08/2019), o Indicador de Custo do Crédito (ICC) significa o “custo médio das operações de crédito que integram a carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil das instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Inclui todas as operações em aberto classificadas no ativo circulante, independente da data de contratação do crédito”. Sendo essa a nova metodologia adotada pelo banco central desde abril de 2018 para o cálculo das taxas de aplicação e captação dos bancos, bem como do *spread* bancário. Fonte: <https://bit.ly/2k1RO2>.

indicador ficou em 26,7% a.a., um aumento de 1,1 p.p. no ano. Observa-se, com isso, uma expansão das taxas de juros dos empréstimos para pessoa física em comparação as taxas praticadas para pessoa jurídica.

A média ponderada das taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro nacional pode ser observada, nos segmentos de crédito livre, tanto para as taxas praticadas junto à pessoa física, que teve aumento de 1,0 p.p., fechando o mês de setembro em 44,0% a.a., quanto para as taxas aplicadas ao crédito para pessoa jurídica, que reduziu em 1,0 p.p. no período, fechando o mês de setembro em 18,0% a.a..

As maiores taxas de juros médias das modalidades de crédito com recursos livres para pessoa física podem ser observadas nos segmentos de cheque especial, que fechou o mês de setembro em 307,6% a.a. com uma redução de 5 p.p. no ano. As taxas de juros do cartão de crédito, com compras parceladas, fecharam o mês em 158,4% a.a. com aumento de 6,5 p.p no ano.

No segmento do crédito direcionado, no período que vai de janeiro até setembro de 2019, o ICC não teve variações, terminando o mês em 8,9% a.a. para pessoa jurídica e 8,6% a.a. para pessoa física.

Tabela 5.1 – Indicador de Custo do Crédito (% a.a.) em 2019

Período	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Total
Jan.	14,6	26,0	20,9
Fev.	14,5	26,5	21,1
Mar.	14,5	26,5	21,1
Abr.	14,5	26,7	21,3
Mai.	14,4	26,7	21,2
Jun.	14,5	26,9	21,4
Jul.*	14,4	26,7	21,4
Ago.*	14,3	26,7	21,3
Set*	14,2	26,7	21,2

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

*Dados preliminares

O *spread* do ICC⁷ do sistema financeiro nacional é outro importante indicador da evolução das taxas de juros da economia brasileira. Esse indicador atingiu 15,0%, em setembro de 2019, um aumento 1,3 p.p. desde janeiro desse ano. No crédito total para pessoa física, o aumento do *spread* do ICC foi de 1,8 p.p., encerrando o período em 20,7%, enquanto no crédito total para pessoa jurídica, o aumento do *spread* do ICC foi de 0,3 p.p., atingindo 7,7% em setembro de 2019. No segmento de crédito, com recursos livres, ocorreu uma expansão do *spread* do ICC: para pessoa física, 2,0 p.p. atingindo 37,0% em setembro; enquanto para pessoa jurídica, fechou o mês em 10,8%, com aumento de 0,1 p.p.. No segmento de crédito, com recursos direcionados, o *spread* do ICC para pessoa física obteve um aumento de 0,2 p.p., fechando o mês em 3,8%. e para pessoa jurídica uma queda de 0,1 p.p. fechando o mês em 3,4%.

AGREGADOS MONETÁRIOS

Nesta seção é analisado o comportamento dos agregados monetários no período de janeiro a setembro de 2019 tendo como base de comparação o mesmo período de 2018. A análise é constituída pela abordagem da base monetária, dos fatores que a condicionam e dos meios de pagamento.

Base monetária é a soma de todo papel-moeda emitido mais as reservas bancárias. O Papel-moeda emitido são as notas e moedas em circulação mais os encaixes bancários. As reservas bancárias são obrigações que os bancos comerciais têm com o Banco Central em depositar parte de seus depósitos à vista sendo usados como instrumento para influenciar a quantidade de moeda na economia, segundo a teoria econômica tradicional.

⁷O *Spread* do ICC é a diferença entre a média ponderada das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras e aquela média paga por elas pelos recursos que emprestam, sendo calculado por meio do ICC deduzido da taxa de captação do ICC.

Tabela 5.2 - Base monetária e seus componentes: saldo em final de período - jan-set/18 e jan-set/19 (R\$ milhões)

Período	Base monetária	Papel-moeda emitido	Reservas bancárias
Jan/18	272.396	228.439	43.957
Fev/18	264.517	225.267	39.250
Mar/18	275.056	224.299	50.757
Abr/18	263.343	223.344	39.999
Mai/18	269.553	224.373	45.180
Jun/18	269.828	225.769	44.059
Jul/18	275.339	227.029	48.309
Ago/18	277.677	230.593	47.085
Set/18	279.407	235.679	43.728
Jan/19	279.106	241.502	37.603
Fev/19	290.148	241.234	48.914
Mar/19	286.742	236.675	50.067
Abr/19	279.605	235.681	43.924
Mai/19	277.876	233.751	44.125
Jun/19	276.040	235.379	40.661
Jul/19	271.345	236.223	35.121
Ago/19	282.617	237.059	45.559
Set/19	281.137	243.902	37.235

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A base monetária encerrou o período de janeiro até setembro de 2019 em R\$ 281 bilhões, uma queda de 6,9% no período, sendo registrada para o mesmo período de 2018 uma queda de 5,8%. Até setembro de 2019 o papel moeda emitido, principal componente da base monetária, variou em -7,9%, encerrando em R\$ 243 bilhões. As reservas operaram em sentido contrário, tendo uma variação positiva de 0,4%, no período indicado.

Na tabela 5.3 são expressas as operações que explicam a variação da base monetária, sendo que as operações com o saldo positivo significam criação de moeda e as operações negativas são destruição de moeda. No período de janeiro a setembro de 2019, os principais condicionantes da base monetária que explicaram sua variação foram o saldo na movimentação das seguintes contas: “conta do tesouro nacional”, “operações com títulos públicos federais” e “operações do setor externo”.

**Tabela 5.3 - Fatores condicionantes da base monetária
jan-set/18 e jan-set /19 (R\$ milhões)**

Período	Conta TN	Op. títulos federais	Op. setor externo	Redesco nto BC	Dep. instit. financ.	Op. c/ derivati vos	Outras contas	Variação da BM
Jan/18	3.102	-27.650	279	-0	4.942	-3.329	-1.703	-24.359
Fev/18	-8.619	-14.857	10.080	4	3.148	1.296	1.069	-7.879
Mar/18	-13.046	14.281	5.251	-4	1.032	1.888	1.137	10.539
Abr/18	2.618	-14.651	5.299	-0	-6.909	2.613	-683	-11.713
Mai/18	-4.964	-31.289	6.950	0	28.051	6.877	586	6.210
Jun/18	-16.066	18.749	-10.808	0	160	7.084	1.156	275
Jul/18	20.022	-338	295	-0	-6.360	-8.607	534	5.511
Ago/18	-66.073	31.208	3.280	-0	6.441	28.559	-1.076	2.339
Set/18	21.717	516	-132	-0	-7.666	-12.765	60	1.730
Jan-set/18	-61.309	-24.031	20.458	-0	22.840	23.615	1.079	-17.349
Jan/19	4.845	-18.401	290	-14	2.132	-11.628	-168	-22.944
Fev/19	-13.634	10.297	6.139	-0	8.939	-315	-384	11.042
Mar/19	10.171	-38.292	12.614	-0	-381	11.963	518	-3.406
Abr/19	3.276	-4.707	-4.237	-0	-2.646	1.456	-279	-7.137
Mai/19	-46.647	43.232	267	0	649	1.599	-830	-1.729
Jun/19	11.931	4.552	-8.904	-0	-440	-9.042	67	-1.836
Jul/19	11.782	-25.556	-5.886	-0	18.971	-3.900	-107	-4.695
Ago/19	-1.618	-1.404	-9.467	-0	-820	24.484	97	11.273
Set/19	-26.343	69.626	-37.646	76	-3.106	-1.232	-2.857	-1.481
Jan-set/19	-46.237	39.348	-46.829	62	23.298	13.386	-3.941	-20.913

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O registro das “operações com títulos públicos federais” é o resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos e financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central, com lastro em títulos do Tesouro Nacional. Essa última rubrica

está sob o manejo do Banco Central, sendo seu principal instrumento para responder à demanda e à oferta de moeda do sistema econômico, administrar as taxas de juros e perpetuar a rolagem da dívida pública. De janeiro até setembro de 2019, o saldo dessa conta contribuiu com a criação de cerca de R\$ 39 bilhões.

O saldo da movimentação na “conta do Tesouro Nacional” é o resultado do saldo de receitas e gastos do governo, de forma que recursos arrecadados destroem moeda, enquanto os pagamentos realizados pelo governo central criam moeda. De janeiro até setembro de 2019, o saldo dessa conta registrou a destruição de R\$ 46 bilhões. O que é a expressão da política de ajuste fiscal do governo.

O saldo líquido das “operações do setor externo” é o resultado das importações, exportações e qualquer renda, remuneração, receita ou transferência de capital enviada ou recebida do exterior, de maneira que as importações e saída de capital representam destruição de moeda enquanto as exportações e entrada de capital são criação de moeda. De janeiro até setembro de 2019, o saldo dessa conta contribuiu com a destruição de R\$ 46 bilhões.

Em setembro de 2019, o M1, que é constituído pelo papel-moeda em poder do público mais os depósitos à vista, fechou o mês em R\$ 382 bilhões; o M2, composto pelo M1 mais depósitos na poupança e títulos privados, estava em torno de R\$ 2,9 trilhões; o M3, integrado pelo M2 mais contas de fundo monetário e operações compromissadas com títulos, aproximou-se de R\$ 6,6 trilhões; e o M4, formado pelo M3 mais títulos federais, constavam um saldo de R\$ 7 trilhões. Nota-se, assim, que o volume de papel-moeda em circulação na economia brasileira corresponde a apenas 3,4% do total de meios de pagamento dessa economia.

6. POLÍTICA FISCAL

INTRODUÇÃO

A análise da Política Fiscal neste Boletim será feita considerando inicialmente os dados acima da linha, com destaque para a dívida líquida, a dívida bruta bem como a Necessidade de Financiamento do Setor Público Consolidado. Posteriormente se discutirá o comportamento da dívida mobiliária federal, componente principal e mais explosivo do endividamento do setor público no país. Por fim serão abordados os dados acima da linha, que refletem de maneira mais clara o caráter da Política Fiscal seguida pelo governo federal.

Setor Público Consolidado (dados abaixo da linha)

O Setor Público Consolidado (SPC) abarca os dados correspondentes ao Governo Central – Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Banco Central –, os governos estaduais e municipais e as empresas estatais, fora a Eletrobrás e a Petrobrás.

A categoria “abaixo da linha” é utilizada para evidenciar a política fiscal pela visão do financiamento, de forma que são analisadas as variações que indicam quantitativamente a atuação geral do setor público como um conjunto. A atividade fiscal é exposta tanto pela necessidade do financiamento do setor público (fluxo), quanto pela dívida líquida e a dívida bruta (estoques).

De janeiro a setembro de 2019, a Necessidade de Financiamento Nominal do SPC apresentou um déficit nominal de R\$ 326,67 bilhões (6,19% do PIB) sendo inferior ao observado no mesmo período de 2018, R\$ 362,66 bilhões (7,18% do PIB). Houve também certa redução das significativas despesas com juros nominais,

que no acumulado de janeiro a setembro de 2019 equivaleram à R\$ 284,18 bilhões (5,38% do PIB) ao passo que no mesmo período de 2018 o resultado foi de R\$ 303,34 bilhões (6,01% PIB) (Tabela 6.1).

Quanto a Necessidade de Financiamento Primária do SPC, no período de janeiro a setembro de 2019, apresentou um déficit de R\$ 42,49 bilhões (0,8% do PIB), contra um déficit primário de R\$ 59,32 bilhões em 2018 (1,2% do PIB).

**Tabela 6.1 – Necessidades de Financiamento do Setor Público Consolidado
(R\$ milhões correntes)**

Discriminação	2018		2019	
	jan - set		jan - set	
	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB
I. Primário	59.321,41	1,18	42.491,11	0,80
I.1 Governo Central	76.536,93	1,52	63.166,22	1,19
I.2 Governos regionais	-13.953,74	-0,28	165.254,39	3,13
I.3 Empresas estatais	-3.261,78	-0,06	-1.030,67	-0,02
II. Juros nominais	303.341,19	6,01	284.187,68	5,38
II.1 Governo Central	249.464,95	4,94	241.000,28	4,56
II.2 Governos regionais	49.130,28	0,97	38.669,95	0,73
II.3 Empresas estatais	4.745,96	0,09	4.517,44	0,09
III. Nominal	362.662,60	7,18	326.678,79	6,19
III.1 Governo Central	326.001,88	6,46	304.166,51	5,76
III.2 Governos regionais	35.176,55	0,69	19.025,51	0,36
III.3 Empresas estatais	1.484,17	0,03	3.486,77	0,07

(+) déficit (-) superávit

Fonte: BCB – Notas para a imprensa de outubro de 2019

Em setembro de 2019, o total da dívida líquida do SPC (balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público) foi de R\$ 3,90 trilhões (55,3% do PIB), sendo

que em janeiro corrente o patamar estava em R\$ 3,73 trilhões (54,0% do PIB) (Tabela 6.2).

A Dívida Bruta do Governo Geral, que abarca o Governo Federal (incluindo a previdência), os governos estaduais e os governos municipais, chegou a R\$ 5,58 trilhões em setembro de 2019 (79,0% do PIB), enquanto em janeiro equivalia à R\$ 5,30 trilhões (76,7% do PIB). O crescimento na relação com o PIB foi de 2,29 p.p. para o curto período do tempo, de janeiro a setembro.

Tabela 6.2– Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (em milhões R\$)

Discriminação	2019			
	Jan		Set	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Dívida Bruta do Governo Geral	5.302.682,27	76,74	5.580.374,85	79,03
Dívida Líquida total	3.733.471,75	54,03	3.907.735,44	55,34
Governo Federal	3.015.192,55	43,63	3.221.125,06	45,62
Governos estaduais	781.529,16	11,31	823.068,64	11,66
Empresas estatais	59.965,77	0,87	65.497,14	0,93
Dívida interna líquida	4.412.443,65	63,85	4.715.020,48	66,78
Dívida externa líquida	-678.971,90	-9,83	-807.285,04	-11,43

Fonte: BCB - Notas para imprensa de outubro de 2019.

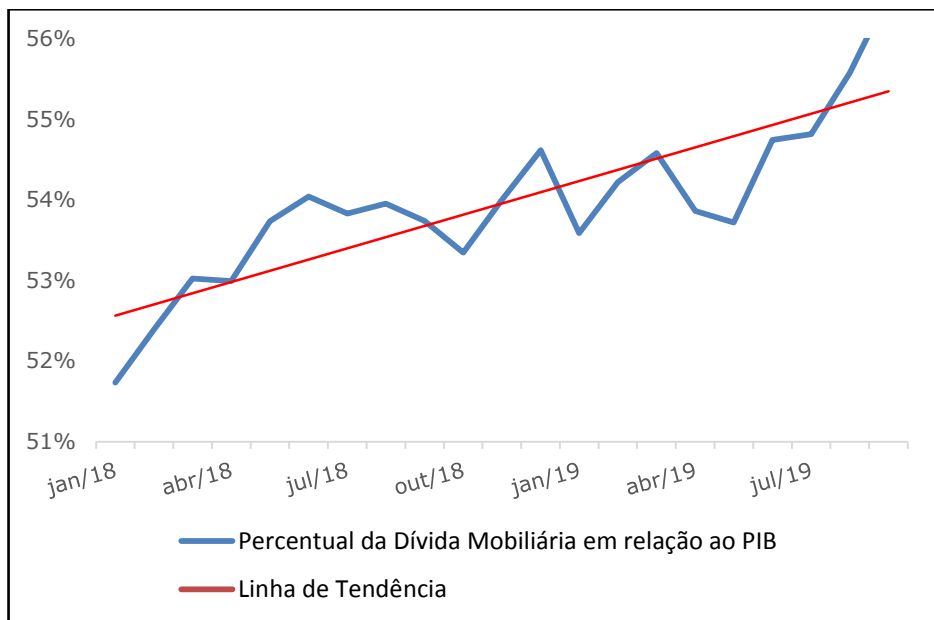
Ainda não são notados os resultados do controle de gastos do setor público no nível dos estoques. No ano de 2019 o crescimento da Dívida Bruta foi bastante significativo, indicando a natureza explosiva de seu comportamento. A Dívida Líquida, entre janeiro e setembro, é puxada pelo Governo Federal, enquanto a dívida mobiliária (total de títulos emitidos pelo Tesouro

Nacional menos os títulos em carteira do Banco Central) é o principal componente da Dívida Interna Líquida.

Dívida Mobiliária Federal

A dívida mobiliária federal corresponde a maior parte do endividamento público e, portanto, é de fundamental importância levá-la em consideração ao analisar a política fiscal do país. Essa parcela da dívida é composta pelo total de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional menos os títulos em carteira do Banco Central. Esses títulos possuem rendimentos diferentes dependendo do indexador ou da taxa pré-fixada a que estão vinculados, sendo que os mais relevantes são as Letras do Tesouro Nacional (LTN), as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

No mês de setembro de 2019 a dívida mobiliária federal atingiu o valor de R\$ 3,99 trilhões, correspondente a 56,6% do PIB e a um aumento de 3 p.p. em relação a janeiro deste ano. Ao comparar esse aumento em pontos percentuais da dívida sobre o PIB com o mesmo período do ano passado, que foi de 2 p.p., fica evidente seu ritmo de crescimento acelerado (Gráfico 6.1).

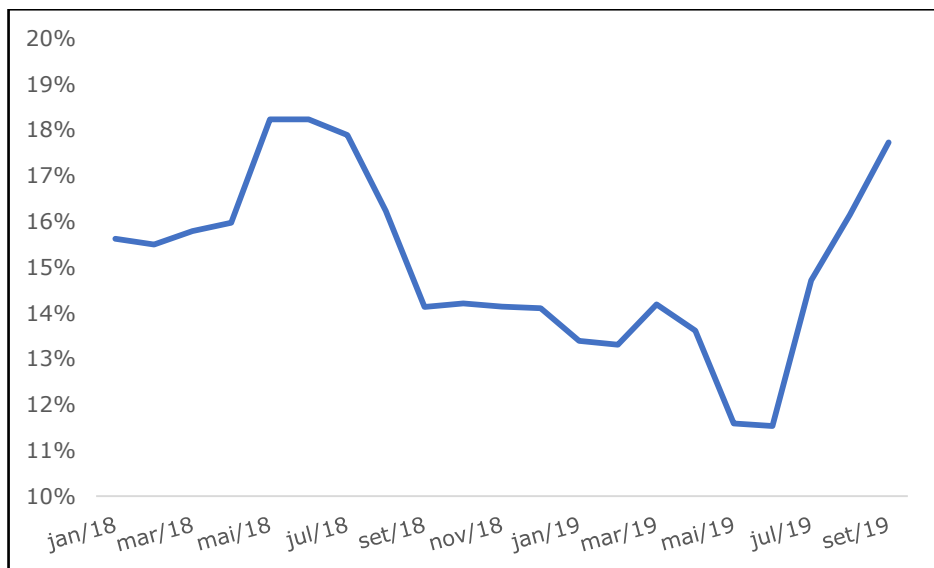
Gráfico 6.1 – Comportamento da Dívida Mobiliária Federal como Percentual sobre o PIB

Fonte: BCB - Séries especiais de setembro de 2019.

Em relação ao perfil de vencimento dos títulos, eles são classificados em curto prazo (até 12 meses), médio prazo (12 a 24 meses) e longo prazo (acima de 24 meses). Uma maior participação dos títulos de curto prazo no total da dívida sinaliza uma piora da confiança dos detentores da dívida em relação à capacidade do Estado de efetuar seus compromissos. Tendo isso em vista, observa-se que existem sinais de deterioração significativa dessa confiança de junho a setembro de 2019 com um aumento no período de 6,2 p.p. da participação dos títulos de curto prazo, de 11,5% para 17,7%. O Gráfico 6.2 evidencia que essa participação apresentava tendência de queda desde julho de 2018, correspondente a 17,9%. A reversão da tendência a

partir de julho de 2019 pode representar uma mudança rápida no perfil de vencimento da dívida mobiliária.

Gráfico 6.2 - Percentual de títulos com vencimento de curto prazo da Dívida Mobiliária Federal – jan/2018-set/2019 (em %)

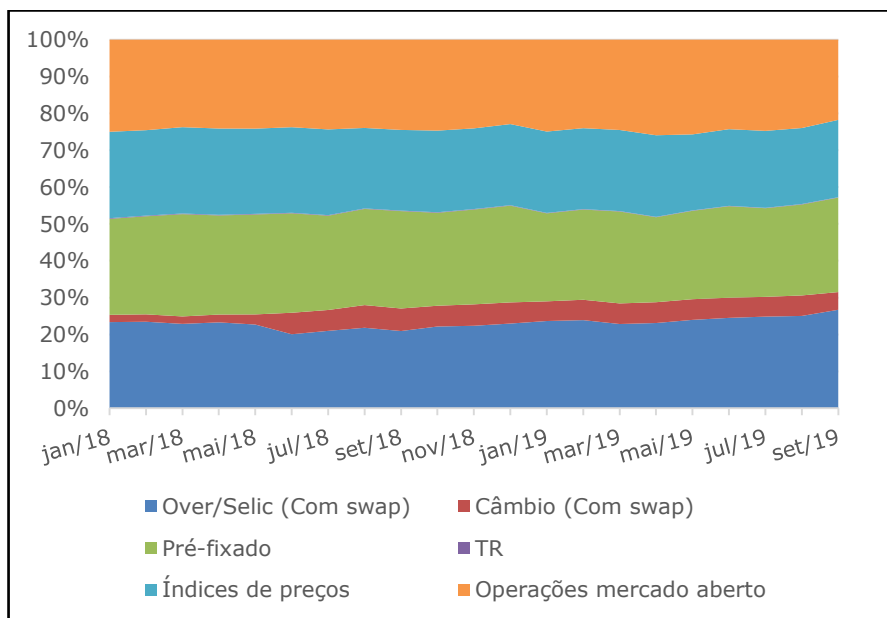


Fonte: BCB - Séries especiais de setembro de 2019

Além do prazo vencimento da dívida mobiliária sinalizam seu perfil os indexadores que determinam as diferentes taxas de rendimento que o governo terá de pagar aqueles que detém os títulos públicos. De maneira geral, desde a ampliação da participação dos títulos indexados ao câmbio (com swap), de maio a junho de 2018, que saltaram de 2,7% para 5,8%, não houve grandes alterações na participação por indexador dos títulos públicos federais. Os títulos indexados à taxa Over/Selic (com swap) mantém tendência de crescimento fechando o mês de setembro de 2019 em 26,7% e superando a

participação dos títulos pré-fixados e as operações de mercado aberto, que fecharam o mesmo mês em 25,6% e 21,8%, respectivamente (Gráfico 6.3).

Gráfico 6.3 - Percentual da participação na dívida mobiliária por indexador (em %)

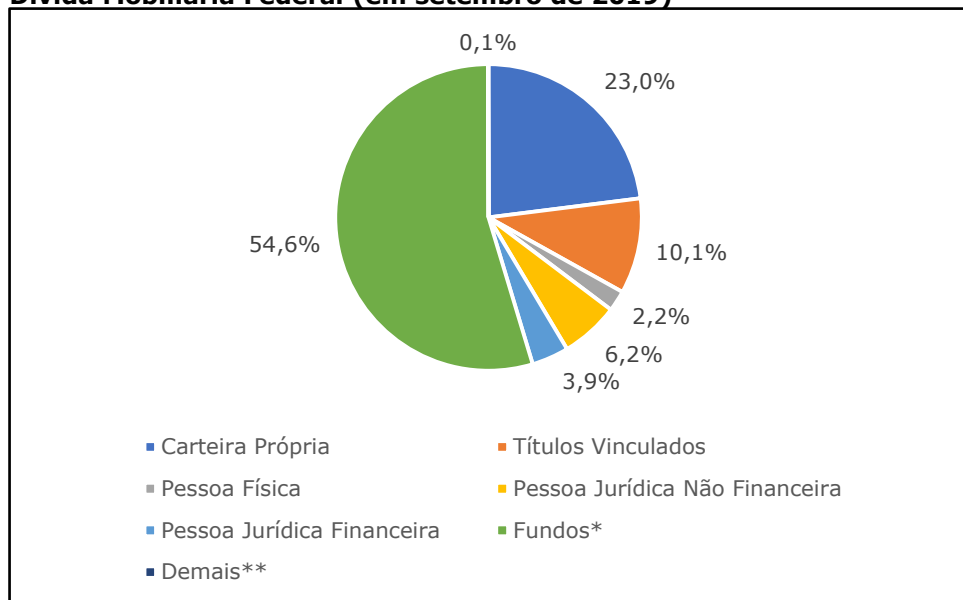


Fonte: BCB - Tabelas especiais de setembro de 2019

Por fim, a respeito dos detentores da dívida mobiliária, o mês de setembro de 2019 fechou com a maior participação percentual dos fundos mútuos e outros fundos, que juntos corresponderam a 54,6% do total. As pessoas físicas, pessoas jurídicas não financeiras e as pessoas jurídicas financeiras equivaleram, respectivamente, a 2,2%, 6,2% e 3,9% do total, totalizando um valor inferior ao do segundo maior detentor, que é a Carteira Própria do BC, com 23,0%. Os

títulos vinculados aparecem em terceiro lugar com 10,1% (Gráfico 6.4).

Gráfico 6.4 – Participação dos detentores no total dos títulos da Dívida Mobiliária Federal (em setembro de 2019)



Fonte: BCB - Nota à imprensa do mercado aberto de setembro de 2019

*Agregado de Outros Fundos e Fundos Mútuos

** Agregado de Patrimônio da Câmara e Extra-Mercado Câmara e Extra-Mercado

Para entender melhor a natureza do ajuste fiscal em curso é importante analisar o comportamento do agente de maior impacto na mesma, o Governo Central, e os dados acima da linha desse nível de governo. É o que se faz no próximo item.

Análise do Governo Central (Acima da Linha)

A análise da política fiscal do Governo Central, no conceito acima da linha, baseia-se no comportamento

das contas públicas especificando-se o que ocorre no campo das receitas e das despesas. O resultado fiscal é obtido pela diferença entre receitas e despesas, sendo o saldo mensurado em termos de superávit ou déficit fiscal. O Governo Central é composto pelo Governo federal, o INSS e o Banco Central. Os dados utilizados para essa análise são providos mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Para o período de janeiro a setembro de 2019, notou-se um déficit primário do Governo Central de R\$ 72,5 bilhões (1,4% do PIB). No entanto, o Tesouro Nacional foi superavitário nesse período, no montante de R\$ 93,2 bilhões, sendo o Banco Central deficitário em R\$ 0,4 bilhão, e a Previdência Social, conforme medido pelo governo, deficitária em R\$ 165,3 bilhões (Tabela 6.3). Considerando a meta fiscal do ano de 2019, que é de um déficit de R\$ 139 bilhões, é muito provável que o Governo alcance seu cumprimento para este ano.

O déficit primário, acumulado de janeiro a setembro de 2019, quando comparado com o mesmo período de 2018, reduziu-se de apenas 0,2 p.p. na relação com o PIB. Esse movimento da política fiscal adotada pelo Governo Central vai no sentido de um ajuste gradual que prioriza o campo dos gastos associado à adoção de reformas estruturais profundas (já implementadas o teto de gastos, a primeira Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência). Para compreender seus efeitos conjunturais é necessário fazer uma análise dos componentes das receitas e das despesas do Governo Central.

Coerente com a linha adotada, houve maior crescimento da receita no período, se comparada com a despesa. A receita total, equivalente a R\$ 1,14 trilhão, no acumulado de janeiro a setembro de 2019, expandiu-se

de 0,8 p.p. em relação ao PIB e apresentou uma variação real de 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A despesa total, R\$ 1,01 trilhão, cresceu 0,3 p.p. em relação ao PIB e retraiu 1,1% em termos reais, na comparação com igual período de 2018.

Os principais fatores que afetaram o aumento da receita total do governo central, comparado com o mesmo período do ano anterior, foram: nas receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), um aumento na arrecadação de imposto de renda, que atingiu R\$ 294,7 bilhões, expansão real de 5,8% frente à arrecadação de R\$ 268,1 bilhões em 2018; um aumento real da arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de 2,9%, chegando a R\$ 292,4 bilhões, aumento possível devido em parte à mudança do sistema de compensações tributárias a partir de maio de 2018 e por recolhimentos extraordinários no mês de junho de 2019; nas receitas não administradas pela RFB, com ampliação das receitas com Exploração de Recursos Naturais, devido à elevação da taxa de câmbio, apresentando um crescimento real de 11,2%, R\$ 48,4 bilhões, nesse período.

Um fator importante agiu no sentido oposto, diminuindo receitas. Tratou-se do impacto da redução de alíquotas para a comercialização de óleo diesel no final de 2018 e no começo de 2019. Isso resultou numa menor arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) comparada com os três primeiros trimestres de 2018 (queda de 7,6%, totalizando uma receita em R\$ 177,0 bilhões no mesmo período de 2019), e também redução da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)-combustíveis, equivalente a 37,8%, finalizando o período em R\$ 2,1 bilhões.

Por outro lado, verificando-se a despesa total do Governo Central, nota-se que houve uma pequena elevação nominal e na relação com o PIB, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. As principais expansões ocorreram no âmbito das despesas obrigatórias, como é de se esperar. Isso tendo em vista o crescimento vegetativo das mesmas em função de reajuste de salários e benefícios e o impacto dos diferentes planos de carreiras dos servidores federais. A aprovação da reforma da previdência não gera reduções de gastos no curto prazo e daí o governo dirige sua próxima bateria de reformas para o campo dos salários e das carreiras de servidores federais, excluindo militares e o judiciário desse rol.

Em termos quantitativos continuou ampliando-se o gasto com benefícios previdenciários, que atingiram R\$ 457,7 bilhões no período de janeiro a setembro de 2019, correspondendo a 8,8% do PIB, frente aos R\$ 428,8 bilhões no mesmo período de 2018, 8,4% do PIB daquele período. O gasto com pessoal, por outro lado, também apresentou um pequeno crescimento, alcançando R\$ 227,2 bilhões no acumulado de 2019 (4,4% do PIB).

Em contrapartida, na frente que o governo pode cortar gastos, houve uma diminuição real das despesas discricionárias em 9,0% quando comparado com o período anterior, somando R\$ 172,9 bilhões até setembro deste ano. O governo federal tem realizado seguidos cortes nesse último tipo de despesa desde 2014, sendo essa estratégia intensificada em 2019. Entretanto, considerando as principais áreas afetadas com esses cortes e a liberdade que o executivo tem de escolher onde cortar, o governo tem priorizado algumas áreas em detrimento de outras.

Após um longo período de contingenciamento de gastos discricionários iniciado em maio o governo anunciou o início do descontingenciamento de verbas no mês de outubro, e no mês de novembro anunciou a liberação do restante que ainda estava contingenciado. Contudo, essa medida adotada ao longo do ano teve impactos relevantes sobre o planejamento e a execução do orçamento por parte dos ministérios. Isso foi mais grave notadamente nas Universidades Federais, que tiveram que fazer cortes em atividades essenciais à sua manutenção básica, as quais ainda estão longe de ser normalizadas em função dos ritos que a execução de despesa precisa seguir.

No global, o contingenciamento orçamentário chegou a R\$ 25,0 bilhões neste ano, 21% do volume inicial estipulado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019. Os principais cortes, em volume, ocorreram na Defesa (R\$ 5,9 bilhões, 43,5% de redução) e na Educação (R\$ 5,0 bilhões, 21,2% de redução). Em porcentagem, o mais afetado foi o de Minas e Energia, que teve uma redução de 81,4% em relação a sua dotação inicial. Muitos desses ministérios já haviam reduzido os seus gastos discricionários nos últimos anos. Porém, a redução dessas despesas feita neste ano aprofundou ainda mais as anteriores, ao ponto de que alguns deles fiquem abaixo do limite orçamentário para poder operar, atingindo um possível piso orçamentário para as despesas discricionárias. Além das despesas com custeio um item importante nas despesas discricionárias são os investimentos, os quais tem sofrido forte estrangulamento nesse contexto de austeridade fiscal.

Por outro lado, para o governo poder cumprir a Regra de Ouro em 2019, que estabelece o limite de operações de crédito deve ser equivalente ao total das despesas de

capital, foi necessário pedir a autorização do Congresso no mês de junho para ultrapassar esse limite, solicitando créditos suplementares num montante de R\$ 248,92 bilhões que serão alocados principalmente para despesas da Previdência.

Nota-se que visando escapar da grave situação de déficit fiscal o governo tem buscado fazer uma política macroeconômica com foco na oferta, sinalizando ao mercado melhoras dos indicadores macroeconômicos através de austeridade fiscal e outras medidas nessa frente (reforma da previdência, reforma tributária, reforma administrativa, reforma trabalhista). Seu intuito é melhorar as expectativas dos empresários e, com isso, estimular o investimento privado e com isso o crescimento da economia. Contudo esse tipo de política adotada desde fins de 2014 até o momento não apresentou resultados satisfatórios, e caso se analise tais políticas pela ótica da demanda, percebe-se que essas reduções de gastos do governo deterioram ainda mais o nível da demanda agregada. Isso em função da redução do investimento público e do consumo do governo, bem como o impacto desfavorável que tem sobre o consumo das famílias no Brasil. Se não houver uma alteração drástica no nível de emprego e da renda, seja por iniciativa privada ou pública, será impossível não só reverter o panorama de crise e estagnação, mas também de resolver o problema fiscal do governo.

Tabela 6.3 Resultado Primário do Governo Central (R\$ Milhões correntes)

Discriminação	Jan/Set 2018	% PIB	Jan/Set 2019	% PIB	Var. Real % IPCA
I. RECEITA TOTAL	1.083.411,1	21,2	1.139.613,2	22,0	1,3
I.1. Receita Administrada RFB	673.908,5	13,2	705.345,2	13,6	0,7
I.2. Incentivos Fiscais	-12,2	0,0	-47,8	0,0	-
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	273.710,2	5,4	292.429,5	5,6	2,9
I.4. Receitas não Administradas RFB	135.804,5	2,7	141.886,4	2,7	0,6
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	186.769,8	3,7	203.562,0	3,9	4,9
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	896.641,3	17,5	936.051,2	18,1	0,5
IV. DESPESA TOTAL	982.426,9	19,2	1.008.520,2	19,5	-1,1
IV.1. Benefícios Previdenciários	428.825,2	8,4	457.683,9	8,8	2,8
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	216.848,9	4,2	227.229,1	4,4	0,9
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	153.811,8	3,0	150.659,8	2,9	-5,7
IV.4. Despesas Discricionárias (Todos Poderes)	182.940,9	3,6	172.947,4	3,3	-9,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021,0	0,1	0,0	0,0	- 100,0
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III + V - IV)	-81.764,6	-1,6	-72.469,0	-1,4	-14,5
VI.1 Resultado do Tesouro Nacional	73.854,7	1,4	93.166,3	1,8	21,0
VI.2 Resultado do Banco Central	-504,2	-0,0	-380,9	-0,0	-45,9
VI.3 Resultado da Previdência Social	-155.115,0	-3,0	-165.254,4	-3,2	2,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>

Notas: RFB - Receita Federal do Brasil
GPS - Regime Geral da Previdência Social

Por fim, deve-se destacar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 prevê uma suave melhora da situação fiscal em 2020, com um déficit de R\$ 118,90 bilhões (1,5% do PIB) para o Setor Público Consolidado (SPC), déficit de R\$ 124,10 bilhões do Governo Central (1,6% do PIB), déficit de R\$ 3,81 bilhões das empresas estatais federais, e um superávit de R\$ 9,00 bilhões dos

Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa expectativa de redução gradual do déficit primário pode ser vista também nas projeções para 2021 de déficit do SPC de R\$ 68 bilhões (0,8% do PIB) e para 2022, déficit de R\$ 31 bilhões (0,4% do PIB).

Por outro lado, a proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020 prevê um crescimento de 2,2% do PIB, uma receita líquida de R\$ 1,36 trilhão e uma despesa primária de R\$ 1,48 trilhão. As despesas obrigatórias compõem 92,3% dessa despesa, um total de R\$ 1,36 trilhão, enquanto as discricionárias compõem 7,7%, um montante de R\$ 114,0 bilhões. É importante apontar que o governo espera, mais uma vez, estourar o limite da Regra de Ouro, sendo previsto um gasto de R\$ 1,83 trilhão em operações de crédito, muito superior às despesas de capital. A expectativa é de que esse crédito excedente alcance o montante de R\$ 367,0 bilhões, valor muito superior aos R\$ 258,0 bilhões deste ano. Além disso, a PLOA 2020 prevê um orçamento para os ministérios similar ao visto este ano com o contingenciamento de gastos, o que implica serviços como educação estarão operando com um orçamento de nível igual ou pior do que foi visto durante o ano de 2019.

Enquanto existe uma dificuldade do governo em compatibilizar a política fiscal com o cumprimento da regra de ouro, isso ainda não ocorre para o teto de gastos. A Emenda Constitucional 95, conhecida como a emenda do teto dos gastos, tem-se mostrado o principal constritor da política fiscal do governo. Naturalmente, as despesas obrigatórias não podem ser cortadas, entretanto como elas continuam em crescimento, principalmente os gastos com a previdência social, algo natural quando se considera o alto nível de desemprego

atual. Dessa forma, os gastos discricionários tem sido os principais afetados por essa limitação. Como um exemplo, o nível de investimento do governo previsto na PLOA 2020 será o menor de toda história do Brasil, um valor de apenas R\$ 19,0 bilhões, muito aquém dos R\$ 99,0 bilhões que foram investidos em 2014. A tendência é a continuidade da redução do gasto discricionário caso não seja criada uma maneira de limitar o impacto que essa emenda tem sobre a política fiscal. O governo, entretanto tem adiantado em que direção pretende seguir para sustentar essa regra: encontrar mecanismos de desvinculação de receitas e de redução das despesas obrigatórias. Dentre o leque de medidas têm surgido ideias como o congelamento do salário mínimo e dos salários de servidores federais, fim da estabilidade no emprego, dentre outras.

Adicionalmente, deve-se evidenciar no plano das reformas que a reforma da previdência tem sido o foco do Governo nos últimos meses. Uma síntese de seu conteúdo é explicitada no Box 2 que se segue. Essa reforma foi apresentada como uma das maneiras de amenizar o problema das contas públicas, porém até mesmo o governo sabe que ela não será uma panaceia. Seus efeitos não se manifestarão no curto prazo. Na contramão da política de corte de gastos, a PLOA 2020 destina um valor de R\$ 4,7 bilhões para criação de vantagens e benefícios para os militares. Assim, pode-se ver que esse segmento está sendo claramente favorecido.

Como síntese geral da Política Fiscal pode-se dizer que o Governo Central tem intensificado a política de austeridade fiscal, como pode ser visto nos grandes cortes nas despesas discricionárias e na aprovação da Reforma da Previdência. Contudo, nota-se o baixo nível

da formação bruta de capital fixo, indicando que o ambiente ainda não se apresenta favorável para o investimento produtivo privado. Sem que isso ocorra a economia não cresce e com isso a arrecadação não apresenta expansão exigindo sucessivos cortes de gastos e reformas. Por outro lado, a análise do comportamento da dívida mobiliária, o componente dos estoques mais sujeito às expectativas do mercado financeiro, grande interessado nas políticas de austeridade, denota sinais de deterioração. Verificou-se a partir de julho de 2019 um relevante crescimento da proporção de títulos de curto prazo na dívida mobiliária federal.

No plano da economia e da sociedade as reformas propostas e a política de austeridade também possuem um alto preço: além dos cortes de gastos sociais verifica-se a redução do nível de investimento público, que já é um dos menores da história. Além disso, observa-se desestímulo ao consumo, tanto o consumo do governo afetado pelos cortes das despesas discricionárias, como das famílias, que são afetadas por essas reformas e políticas que reduzem seu nível de renda. O que pode ser observado é que a manutenção dessa política não irá resolver o déficit primário do governo, previsto pela LDO 2020 de continuar ainda pelos próximos três anos, impactando negativamente sobre o nível de atividade do país.

BOX 2 – PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA – EC 103/2019

A reforma da previdência foi promulgada no dia 12 de novembro de 2019. Principais mudanças:

- Conclusão da convergência dos regimes próprios de previdência (servidores públicos) e regime geral da previdência (RGPS) iniciada em 2003;
- Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição e fixação de idades mínimas de 62 para mulheres e 65 para homens;
- Redução do benefício para todos os que ainda vão se aposentar,

afora casos muito reduzidos incluídos nas regras de transição;

- Piora da condição de aposentadoria de professores do ensino básico, policiais e trabalhadores em condições insalubres;

- Aumento da carga tributária dos servidores federais e de aposentados e pensionistas da União com adoção de progressividade da alíquota de contribuição previdenciária;

- Um sistema de transição para os dois sistemas de previdência baseado em pontos que contabiliza o tempo de contribuição e a idade do trabalhador, partindo de 96 pontos para homens e 86 pontos para mulheres em 2019, chegando a 105 para os homens em 2028 e 100 para as mulheres em 2033;

- Um sistema adicional de transição com pedágio para trabalhadores do RGPS e do Regime Próprio, sendo que o pedágio do primeiro é de 50% e do segundo 100% do tempo de contribuição que faltava na data de promulgação da emenda;

- Aposentadoria urbana por idade para mulheres passa de 60 anos com 180 meses de carência para 62 anos e 15 anos de contribuição. Para os homens a idade mínima se mantém em 65 anos, mas o tempo de carência de 180 meses passa para tempo de contribuição de 20 anos. Importante apontar a diferença entre carência e tempo de contribuição (*);

- Valor da aposentadoria por essa última modalidade sofreu redução. Deixa de ser 70% + 1% por cada ano de contribuição para 60% + 2% para cada ano **além** do tempo mínimo de contribuição;

- Maior impactado pela reforma foi a aposentadoria especial. Agora essa modalidade passa a ter idade mínima (60 para menor risco, 58 para médio risco e 55 para alto risco);

- A aposentadoria especial também sofreu redução de benefício, passando da média aritmética dos 80% dos maiores salários para 60% da média aritmética dos salários + 2% por ano adicional de trabalho (além do tempo mínimo) nesse ambiente de trabalho de risco.

(*) Carência = um mês em que o trabalhador contribui pelo menos um dia para a previdência; Tempo de contribuição = tempo corrido de contribuição.

7. SETOR EXTERNO

INTRODUÇÃO

O Balanço de Pagamentos (BP) é um dos elementos da Contabilidade Social que calcula as transações econômicas entre residentes e não residentes no país e sua relação com resto do mundo. Os dados do BP são calculados e divulgados mensalmente pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

No BP da economia brasileira a rubrica de transações correntes, no acumulado dos meses de janeiro a agosto de 2019, apresentou um déficit 83,4% maior que o mesmo período de 2018, obtendo um saldo de – US\$ 34,05 bilhões. O resultado pode ser explicado, principalmente, pela queda de 79,2% no saldo da balança comercial e pela ampliação do déficit na renda primária (Tabela 7.1).

O saldo da conta financeira obteve um aumento de 78,5% nas captações líquidas, no acumulado janeiro a setembro em 2019, comparando com o mesmo período em 2018. Até setembro de 2019, a conta financeira totalizou US\$ 35,84 bilhões nas captações líquidas. É importante ressaltar que o sinal da Conta Financeira do Balanço de Pagamentos é invertido, ou seja, as captações líquidas aparecem como negativo (-) e as concessões líquidas como positivo (+). Nas demais rubricas do BP as captações líquidas recebem sinal positivo (+) e as concessões líquidas sinal negativo (-).

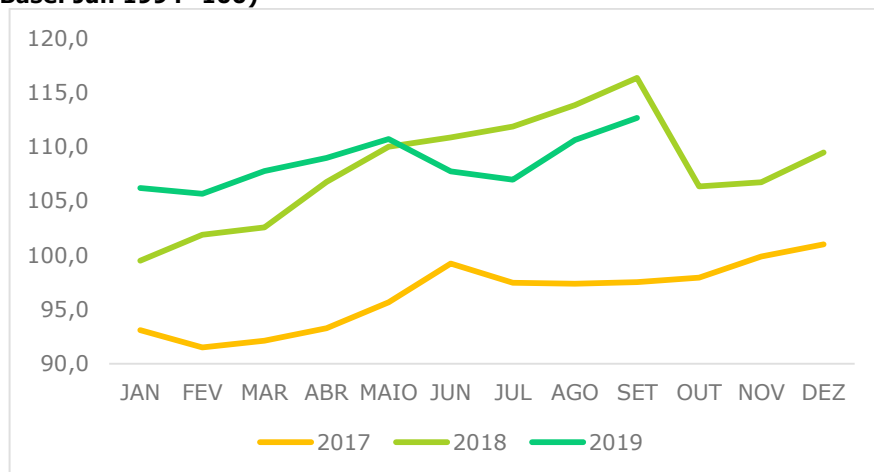
Tabela 7.1 - Balanço de Pagamentos - acumulado de janeiro a setembro - US\$ milhões correntes

Discriminação	2019	2018
Transações Correntes	-34.055	-18.566
Balança Comercial	2.504	12.062
Serviços	-26.053	-26.083
Renda Primária	-30.216	-37.760
Renda Secundária	1.201	-412
Conta Capital	313	380
Conta Financeira (Captações líquidas -/ Concessões líquidas +)	-35.838	-20.078
Erros e Omissões	-2.096	-1.892
Resultado do Balanço	2.096	1.892

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

A taxa de câmbio é uma variável importante para o setor externo, pois altera os preços relativos entre mercado interno e mercado externo. Para o cálculo da taxa de câmbio real e efetiva é feito o desconto das taxas de inflação interna e externa ponderando pelos principais parceiros comerciais do Brasil. O aumento do índice da taxa de câmbio efetiva real representa uma desvalorização da moeda nacional em termos efetivos e reais, consequentemente tende a aumentar a competitividade tanto das exportações quanto da produção interna substituta de produtos importados (Gráfico 7.1).

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, sobre a taxa de câmbio real e efetiva brasileira, considerando a média de janeiro a agosto de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma valorização de 0,4% do Real (R\$), embora perceba-se uma trajetória de desvalorização entre fevereiro até maio de 2019.

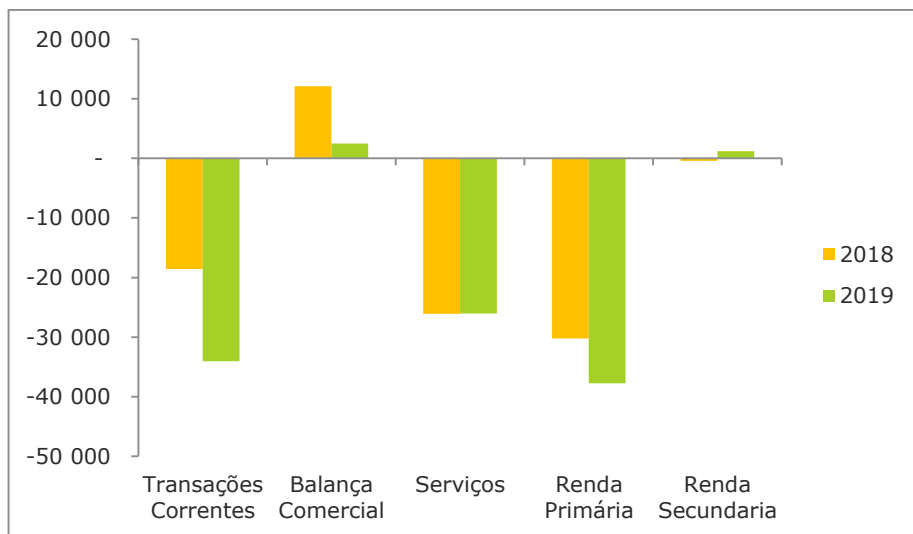
Gráfico 7.1 Evolução do índice da taxa de câmbio efetiva real (Deflator: IPCA, Base: Jun 1994=100)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

TRANSAÇÕES CORRENTES

A conta de Transações Correntes, no acumulado de janeiro a agosto de 2019, apresentou um aumento de 84,4% no seu déficit, em relação ao mesmo período de 2018, obtendo saldo de – US\$ 34,05 bilhões. Esse resultado pode ser explicado pela queda de 79,2% na balança comercial, apesar de se manter superavitária, e pelo aumento no déficit da renda primária (Gráfico 7.2).

Gráfico 7.2 – Transações correntes – US\$ milhões – acumulado de janeiro a setembro



Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração Própria.

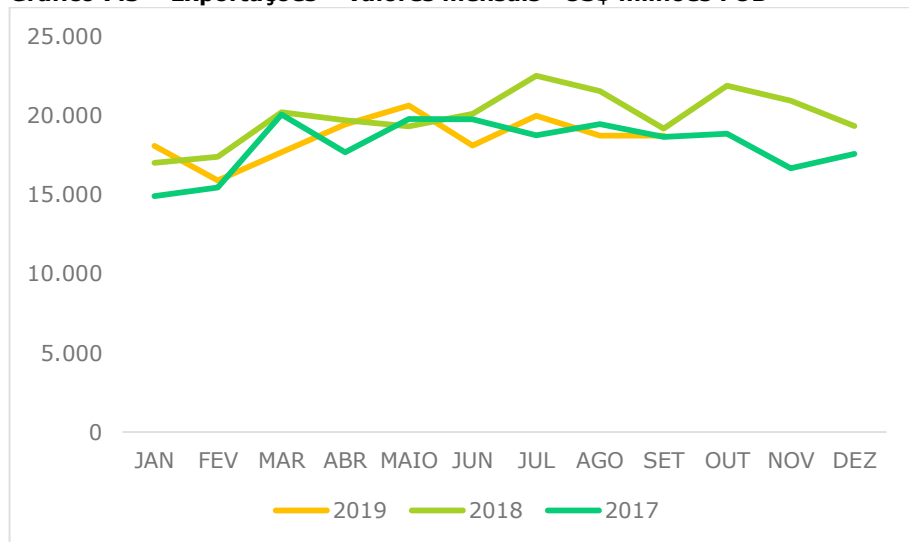
BALANÇA COMERCIAL

A análise da balança comercial é realizada com base nos dados do Ministério da Economia – Indústria, Comércio Exterior e Serviços (ME). Como é calculada de fonte distinta, pode apresentar diferenças em relação aos dados do Balanço de Pagamentos divulgado pelo Banco Central do Brasil. A análise desse boletim será feita a partir dos dados acumulados de janeiro a setembro de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

Os dados do ME demonstram que a balança comercial brasileira, no acumulado até setembro de 2019, apresentou as exportações e as importações com taxas de variação negativas em relação ao mesmo período de 2018, com resultados de -5,6% e -1,30% respectivamente. Em consequência, o saldo comercial neste período teve queda de 3,7% (Gráfico 7.3). Os resultados acumulados apresentaram, na categoria de exportações, a cifra de U\$ 167,2 bilhões e, na categoria

importações, um resultado de U\$ 133,5 bilhões, com um saldo comercial (exportações – importações) de U\$ 33,6 bilhões. A corrente de comércio, o valor monetário total de comércio realizado (exportações + importações) no acumulado foi de U\$ 300,7 bilhões.

Gráfico 7.3 – Exportações – valores mensais –US\$ milhões FOB



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração própria.

A análise das exportações se dá por fator agregado, que reúne os produtos em três grandes classes, sendo estimado o valor agregado que o bem sofreu desde o início da sua cadeia produtiva até o estágio final da produção. Os produtos básicos têm menor valor agregado. Os semimanufaturados são os que sofrem pouca transformação industrial e os manufaturados são produtos de maior transformação industrial, logo, de maior valor agregado, como é o exemplo dos aviões.

Das categorias mencionadas, a que mais contribuiu para a queda das exportações totais foi a de produtos manufaturados, pois teve redução de 7,5%. O subgrupo automóveis de passageiros, que ao longo de 2018 se mostrou o principal produto manufaturado exportado, caiu 33,3%, tornando-se o 3º no *ranking* das exportações dos produtos manufaturados deste ano, atrás de plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc. (1º) e demais produtos manufaturados (2º), que variaram -31,9% e 9,6%, respectivamente. Isso pode ser explicado pelo avanço no processo de reprimarização da pauta de exportações em curso desde meados dos 1990 e um indicativo do aprofundamento da desindustrialização, que afeta a articulação de cadeias produtivas nacionais.

Já a categoria dos semimanufaturados retraiu 4,6% em relação a 2018. Destacando a principal exportação da categoria, a celulose, que retraiu 3,6% muito mais por uma diminuição nos preços (-2,9%) do que nas quantidades (-0,7%). Também analisando outros dois produtos da mesma categoria dos semimanufaturados, açúcar de cana, em bruto e ferro-ligas tem-se o que se segue. Em particular o açúcar de cana apresentou uma queda de 20,4% afetado mais pela redução de quantidade (-15,0%) do que de preço em (-6,3%). Ferro-ligas apresentou uma retração de 5,0% com uma redução de preço em 7,7% e um aumento de quantidade em 2,9%.

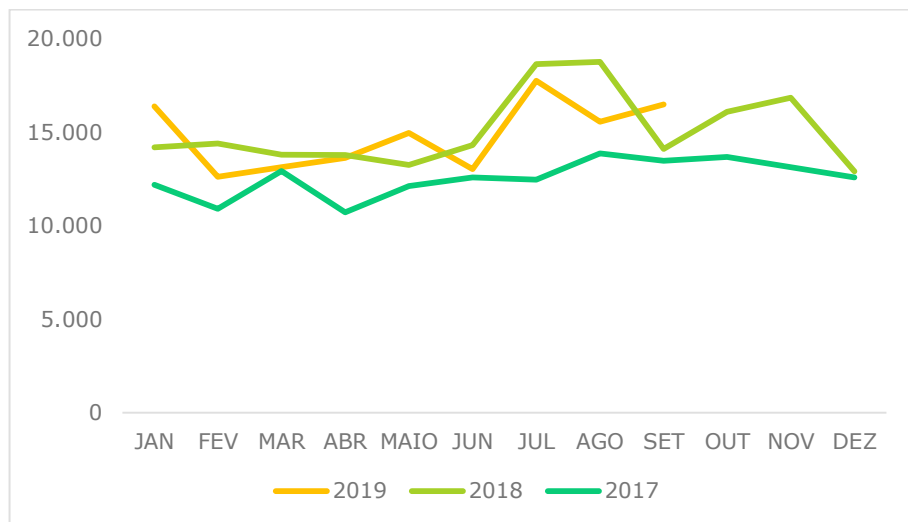
A categoria dos produtos básicos, que sofreu uma queda de 0,8% em relação a 2018, a soja mesmo triturada, que variou negativamente 22,7% em função de uma diminuição tanto dos preços (-12,0%) quanto das quantidades (-12,0%). Os outros dois produtos mais exportados da categoria dos produtos básicos também

foram afetados pelas diminuições de preços e quantidades exportadas: a exportação de óleos brutos de petróleo diminuiu 3,0%, de forma que a quantidade aumentou 3,3% e o preço diminuiu em 6,2%; o minério de ferro e seus concentrados variaram positivamente 14,8%, com queda da quantidade de 11,8% e um aumento do preço em 30,2%.

A China manteve-se como principal país de destino dos produtos brasileiros, tendo como itens de destaque os produtos básicos, apresentando aumento de 26,5% nas exportações e uma representatividade de 27,6% dentro do total exportado.

Por outro lado, as importações em 2019 obtiveram uma queda de 1,3% em relação a 2018, o que representa US\$ 1,7 bilhão a menos do que no ano anterior. (Gráfico 7.4).

Gráfico 7.4 – Importações – valores mensais – US\$ milhões FOB



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração própria.

As importações são analisadas por três categorias: bens de capital, bens intermediários, bens de consumo e combustíveis e lubrificantes. A classe de bens de capital conglomeram os bens de produção, como máquinas e equipamentos, sendo importante para explicação da dinâmica do investimento interno. Os bens intermediários são bens consumidos durante o processo de produção, estando presentes nas diversas etapas das cadeias produtivas, ou seja, são insumos da produção. A categoria de bens de consumo é subdividida em bens de consumo duráveis e não duráveis. Os bens de consumo duráveis são bens de uso com uma longa vida útil, como eletrodomésticos e automóveis. Os bens de consumo não duráveis são os bens de consumo imediatos ou quase imediatos, como alimentos, bebidas, vestuário e calçados. Os combustíveis e lubrificantes são importados tanto para consumo individual quanto para indústria, como insumo de produção, sendo importante fonte de energia para a dinâmica econômica.

A queda das importações em 1,3% contribuiu para afetar negativamente todas as Grandes Categorias Econômicas, tendo como principal categoria Bens de Capital, com queda de 7,2%, que totaliza uma queda dos gastos de US\$ 1,5 bilhão em 2019. A queda pode representar uma piora das expectativas dos empresários para realizar investimentos, uma vez que a importação de bens de capital pode estar relacionada a criação de novas capacidades produtivas.

Em relação aos Bens Intermediários, os dados mostram um aumento nas importações de 1,8%. Tal crescimento foi alavancado, principalmente, pela elevação das importações de insumos industriais elaborados (5,9%), peças e acessórios para bens de capital (3,63%) e queda dos insumos industriais básicos (8,2%).

Quanto aos bens de consumo, houve uma queda nas importações de 5,3%, afetados pela redução de bens de consumo duráveis (17,7%) e uma pequena queda dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis (1,0%). Em relação aos combustíveis e lubrificantes houve retração de 3,5% das importações, em especial uma queda dos combustíveis e lubrificantes básicos (8,42%) e os combustíveis e lubrificantes elaborados com um crescimento de (1,57%), o que indica um aumento internacional dos preços desses produtos importados.

A consideração conjunta de exportações e importações permite que se faça uma análise qualitativa do cenário do comércio exterior brasileiro no ano de 2019. A queda do saldo comercial, em comparação a 2018, de 3,7% indica retrocesso tanto nas exportações quanto nas importações, isso não se observa só no Brasil, e sim advém de uma conjuntura internacional de declínio comercial no ano de 2019, sobretudo quando se considera um contexto marcado pelo avanço das incertezas da guerra comercial entre China e Estados Unidos.

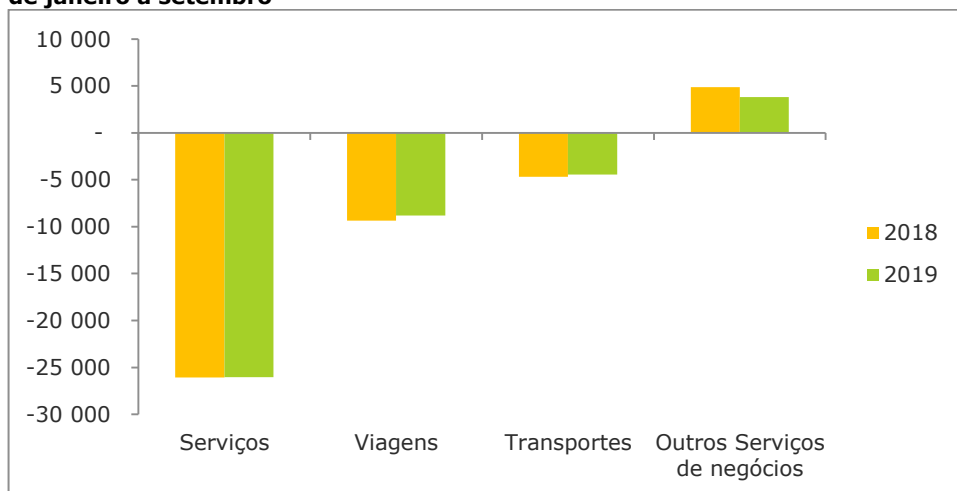
SERVIÇOS E RENDAS

A conta de serviços obteve uma redução de 0,11% no déficit no acumulado de 2019, apresentando um saldo de – US\$ 26,05 bilhões, pequeno avanço comparado a 2018. Dentro de suas subcontas, uma que se destaca é a Viagens, com uma diminuição de 5,8% em seu déficit, que se deve mais à diminuição de suas despesas (-3,8%), do que pelas receitas, que se mantiveram estáveis (-0,4%). Esse resultado pode estar relacionado com o baixo nível de emprego no país e o fato da remuneração média da população ser baixa (R\$ 2.340 de acordo com a 58ª Pesquisa Salarial da Catho, em abril de

2019), pois tais fatores desincentivam as viagens ao exterior.

Outra conta que tem resultado mais expressivo é a de Transportes, que obteve um saldo de – US\$ 4,43 bilhões, uma diminuição de 5,3% em relação a 2018, que pode ser explicado pela diminuição da corrente de comércio, pois tende a contratar menos fretes. Já Outros Serviços de Negócios⁸ se destacou negativamente, obtendo uma diminuição de 21,9% em seu superávit, alcançando um saldo de US\$ 3,80 bilhões, que pode ser explicado pela diminuição de sua receita (-7,2%), que comparada às suas despesas, que tiveram ligeiro aumento (2,5%) (Gráfico 7.5).

Gráfico 7.5 – Conta Serviços e suas subcontas – US\$ milhões – acumulado de janeiro a setembro



Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração Própria

⁸ De acordo com o Manual do Balanço de Pagamentos e da Posição Internacional de Investimentos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Outros Serviços de Negócios inclui: serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços profissionais e de consultoria, serviços técnicos e relacionados a comércio, serviços de agricultura, mineração e ambientais, entre outros.

A conta Renda Primária indica os montantes a pagar ou receber em troca do uso temporário de recursos financeiros, trabalho ou ativos não financeiros não produzidos, como remuneração de serviços, salários, etc. Renda primária, representa os serviços fatores de produção, como terra, capital e trabalho, apresentando um aumento de 24,9% no déficit em 2019, se comparado ao mesmo período de 2018, obtendo um saldo de – US\$ 37,76 bilhões. Dentro de suas subcontas a que obteve o pior resultado foi a de Renda de investimentos, alcançando um aumento no déficit de 24,7%, com um saldo de – US\$ 37,92 bilhões, que pode ser explicado por uma diminuição de 20,1% em suas receitas, e um aumento de 6,8% em suas despesas. O resultado de renda de investimentos continua sendo o maior saldo negativo das transações correntes.

Em renda secundária o resultado do acumulado de 2019 foi superavitário, diferente do seu resultado no mesmo período de 2018. Em 2019 a conta obteve um saldo de US\$ 1,2 bilhão, um aumento de 391,3% ao acumulado de 2018. Isso se deve à conta de Demais Setores, que obteve um aumento de 422,8% obtendo um saldo de US\$ 1,1 bilhão, e a do Governo, diminuindo suas despesas em 91,4% obtendo um saldo de US\$ 88 milhões, um aumento de 230,5%.

CONTA CAPITAL E FINANCEIRA

A Conta Capital, em geral, apresenta variação e volume pouco expressivo, de janeiro a setembro seu saldo recuou 17,7% para US\$ 0,313 bilhões. Já a Conta Financeira tem importante papel nas relações do Brasil com o resto do mundo, visto que registra as captações e concessões de investimentos (Tabela 7.2). Seguindo as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central registra no Balanço de Pagamentos as

captações com sinal negativo (-) e as concessões com sinal positivo (+), pois, nesta conta, entrada de capitais significa elevação do passivo externo, e saída de capitais significa elevação do ativo externo. O período analisado é do acumulado de janeiro a setembro de 2019, comparado com o mesmo período de 2018.

Na comparação, a conta financeira registrou uma expansão nas captações líquidas de 78,5%, passando de - US\$ 20,07 bilhões para - US\$ 35,83 bilhões frente ao resto do mundo. Mesmo com investimentos diretos em queda, outros investimentos e ativos de reservas contribuíram para a elevação da conta (tabela 7.2).

Tabela 7.2 – Conta Financeira– acumulado do ano – janeiro a setembro - (US\$ milhões)

Discriminação	2018	2019
Conta Financeira: Concessões líquidas (+) / Captações líquidas (-)	-20 078	-35 838
Investimentos Diretos	-47 357	-34 920
Investimentos em Carteira	1 379	12 329
Derivativos	2 108	1 446
Outros Investimentos	12 281	-9 546
Ativos de Reservas	11 512	-5 148

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

A rubrica de investimentos diretos, que trata da diferença entre investimentos diretos no exterior com investimentos diretos no país, recuou 26,3% em captações líquidas. Investimentos diretos no exterior cresceram de US\$ 6,59 bilhões para US\$ 12,59 bilhões nas concessões líquidas e investimentos diretos no país reduziram-se em 11,9% nas captações líquidas chegando a - US\$ 47,51 bilhões em 2019 (Tabela 7.3). A principal alteração foi na participação no capital total no exterior que aumentou 453% chegando a US\$ 12,53

bilhões. A redução do investimento direto pode significar uma menor confiança do empresariado na recuperação econômica brasileira em conjunto com a queda nas expectativas de crescimento mundial junto ao aumento da incerteza frente aos temores de uma nova crise financeira global.

Tabela 7.3 - Investimentos diretos - Acumulado de janeiro a setembro - (US\$ milhões)

Discriminação	2018	2019
Investimento direto	-47 357	-34 920
Investimentos diretos no exterior	6 596	12 599
Participação no capital – total	2 267	12 538
Operações intercompanhia	4 329	61
Investimentos diretos no país	53 953	47 519
Participação no capital – total – passivos	41 761	47 760
Operações intercompanhia - passivos	12 192	- 242

Fonte: Banco Central. Elaboração própria

As concessões líquidas em investimentos em carteira expandiram-se 794% (Tabela 7.4). As concessões líquidas do ativo aumentaram, enquanto no passivo houve uma leve elevação em captações líquidas. O somatório de seus fluxos (receita + despesa) é um dos mais elevados principalmente em passivos, chegando a US\$ 449 bilhões, uma ampliação do fluxo de 16,1%. A volatilidade dessa subconta (por se tratar basicamente de ações e títulos de dívida) produz efeitos diretos na taxa de câmbio nominal.

Tabela 7.4 - Investimento em Carteira – Acum. Jan- Set - (US\$) milhões

Discriminação	2018	2019
Investimento em carteira	1 379	12 329
Investimentos em carteiras - ativos	1 969	10 634
Receitas	15 476	8 603
Despesas	17 445	19 237
Investimento em carteira - passivos	590	-1 695
Receitas	177 469	210 040
Despesas	176 879	211 735

Fonte: Banco Central. Elaboração própria

Os derivativos são contratos cujos rendimentos estão atrelados às variações de outros ativos e têm pouca expressão na conta financeira. Obtiveram, em 2019, concessões líquidas de US\$ 1,44 bilhão (redução de 31,4%).

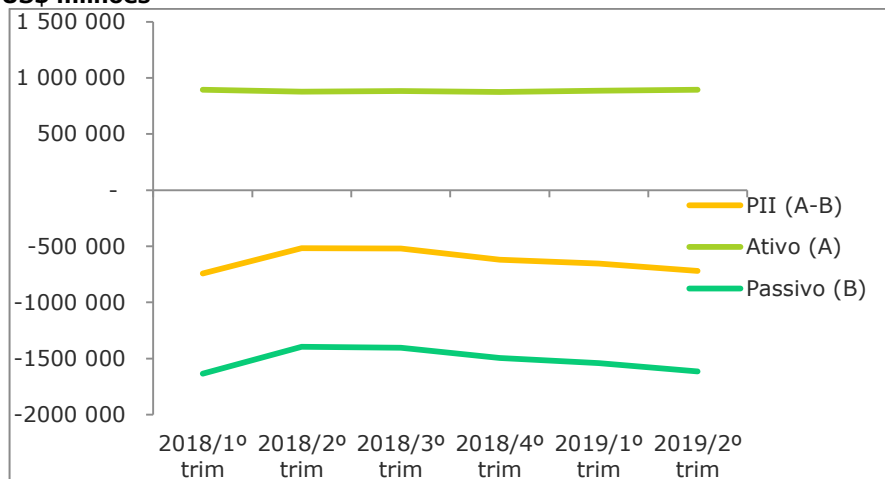
Em outros investimentos as concessões líquidas de US\$ 12,28 bilhões reverteram-se em captações líquidas de - US\$ 9,54 bilhões, a maior variação da conta financeira. As subcontas de empréstimos e créditos comerciais e adiantamentos tiveram as maiores volatilidades. Concedeu-se empréstimos ao resto do mundo, de janeiro a setembro de 2018, de US\$ 5,16 bilhões e tomou-se empréstimos no mesmo período de - US\$ 20 bilhões. A princípio o aumento dos empréstimos parece uma contradição devido ao investimento direto ter caído. A questão é de que os ingressos de empréstimos permaneceram em patamares iguais ao período passado, entretanto a saída de empréstimos que equilibrava essa subconta reduziu-se, ou seja, menos não-residentes estão tomando crédito no país. Créditos comerciais e adiantamentos cresceram 241% para US\$ 9,46 bilhões demonstrando uma preferência dos exportadores de manter seus dólares no exterior.

O saldo dos ativos de reserva na Conta financeira demonstra a variação das contas externas da autoridade monetária. Em 2019 o saldo da conta retraiu -144% revertendo-se em captações líquidas de - US\$ 5,14 bilhões. Em agosto a autoridade monetária recuperou - US\$ 1,68 bilhão e em setembro de - US\$ 8,80 de títulos de dívida de longo prazo, somando - US\$ 10,48 bilhões. Esse movimento já era esperado devido ao Banco Central do Brasil comunicar que utilizaram o montante para controlar a volatilidade do câmbio.

POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTOS

A Posição Internacional de Investimentos (PII) registra o valor de estoques de ativos e passivos de investimentos internacionais, ou seja, capital investido internacionalmente no Brasil e capital investido internacionalmente pelo Brasil. O Brasil, historicamente, apresenta um caráter deficitário em suas contas de PII, por sua dependência de capital estrangeiro.

No segundo trimestre do ano de 2019, o PII obteve resultado de - US\$ 718,97 bilhões, um aumento no déficit de 39,2% comparado ao mesmo período em 2018. Esta queda pode ser explicada pelo aumento do passivo em 15,7%, obtendo saldo de - US\$ 1,61 trilhão, enquanto o ativo obteve um aumento de 1,9% com saldo de US\$ 894,65 bilhões. (Gráfico 7.6)

Gráfico 7.6 – Posição Internacional do Investimento – Valores trimestrais - US\$ milhões

Fonte: Banco Central do Brasil, Elaboração própria

As variações do Ativo se deram através do Investimento direto no exterior (2,5%), Investimento em Carteira (7,2%), Derivativos Financeiros (50,9%), Outros investimentos (-6,2%) e Ativos de Reserva (2,3%). Já no Passivo, as variações se deram por Investimento direto no país (12,8%), Investimento em carteira (24,2%) e Outros Investimentos (7,8%). Tais resultados podem estar relacionados com uma possível abertura de novos mercados no Brasil devido às possíveis privatizações de estatais, pois o governo atual demonstra grande interesse no assunto, gerando assim um fluxo de capital intenso no país.

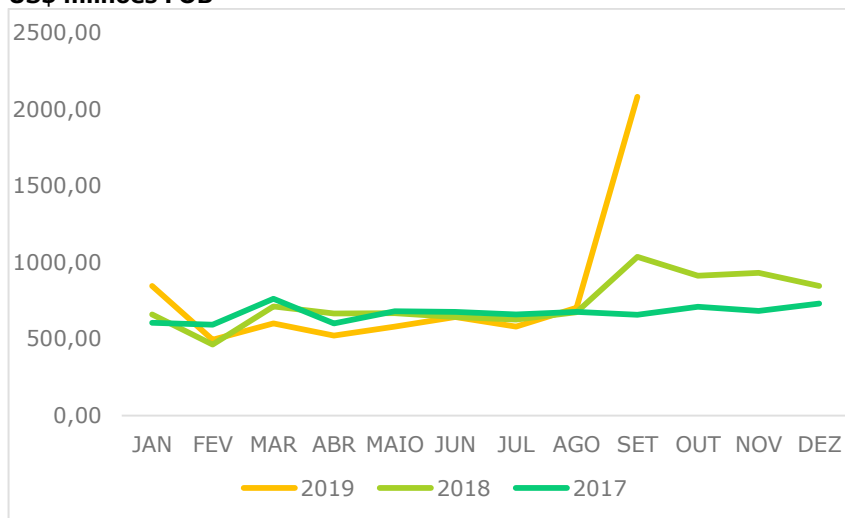
COMÉRCIO EXTERIOR CAPIXABA

A análise da balança comercial é feita a partir de dados do Ministério da Economia – Indústria, Comércio Exterior e Serviços (ME). Os dados apresentados serão referentes ao acumulado de janeiro a setembro de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018.

A corrente de comércio exterior capixaba, que trata da somatória das exportações e das importações, fechou o mês de setembro com o acumulado de US\$ 11,56 bilhões em 2019, totalizando um crescimento de 16,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na mesma base comparativa, as exportações tiveram um aumento de 14,7%, totalizando US\$ 7,05 bilhões, e, as importações, por sua vez, aumentaram 19,8%, totalizando US\$ 4,51 bilhões.

O saldo comercial capixaba, que representa a diferença entre as exportações e importações do Espírito Santo com o resto do mundo, no acumulado de janeiro a setembro de 2019, somou US\$ 2,54 bilhões, obtendo um aumento de 6,6% em comparação a 2018.

Em relação à composição das exportações do acumulado de 2019, comparado com o acumulado de 2018, por fator agregado, os produtos básicos sofreram uma redução de 4,4%, totalizando US\$ 3,00 bilhões. Assim como os produtos básicos, os produtos semimanufaturados também sofreram uma queda, porém de 22,4% em comparação ao mesmo período em 2018, somando US\$ 1,32 bilhão. Já os produtos manufaturados aumentaram em comparação a 2018, uma elevação de 115,4%, totalizando US\$ 2,73 bilhões (Gráfico 7.7).

Gráfico 7.7 - Exportações capixabas - valores mensais – 2017, 2018 e 2019 - US\$ milhões FOB

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração própria.

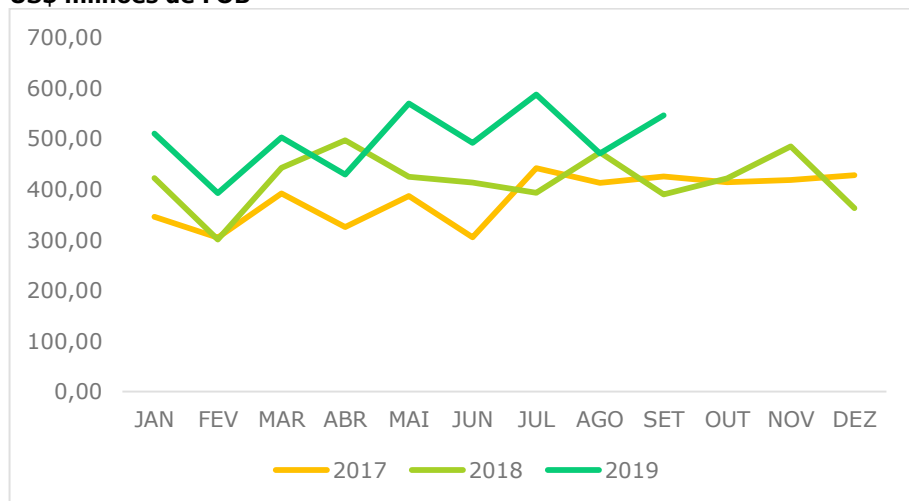
O principal produto exportado no Espírito Santo, no acumulado de janeiro a setembro de 2019, foi o minério de ferro e seus concentrados, representando 22,4%, uma queda de 18% comparando ao acumulado do ano anterior, totalizando US\$ 1,58 bilhão. O segundo produto mais exportado em 2019 foi plataformas de perfuração ou exploração, que teve um aumento de 21,2%, somando US\$ 1,5 bilhão. O terceiro produto mais exportado foi óleos brutos de petróleo, tendo um aumento de 13,9%, totalizando US\$ 96,76 milhões. O quarto e quinto produtos mais exportados pertencem à classificação dos produtos semimanufaturados, sendo eles: ferros e aços e celulose, somando, respectivamente, US\$ 787,29 milhões e US\$ 467,77 milhões.

O principal destino das exportações capixabas, no acumulado de janeiro a setembro de 2019, foi os Estados Unidos, que representou um total de 25,6% do total das exportações, totalizando US\$ 1,81 bilhão. O segundo

país que o Espírito Santo mais exportou é a Holanda, que teve uma exportação total no acumulado de 2019 de 25,4%, tendo um crescimento de 20,3 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. O terceiro país foi a China (5,9%), seguido da Índia (4,3%), Egito (3,1%) e a Argentina (2,9%).

Analizando as importações por grandes grupos econômicos, no acumulado de 2019, verifica-se uma elevação de 46,9% nas importações de bens de capital. Também houve um aumento nas importações de bens intermediários de 34,1%. Em contrapartida, os bens de consumo apresentaram uma queda de 4,3% e os combustíveis e lubrificantes apresentaram queda de 1,82% (Gráfico 7.8).

Gráfico 7.8 - Importações capixabas - valores mensais - 2017, 2018 e 2019 - US\$ milhões de FOB



Fonte: Ministério da Economia. Elaboração própria.

Em relação aos países que o Espírito Santo mais importou destaca-se, primeiramente, a China (US\$ 8,81 bilhões) no acumulado de janeiro a setembro de 2019, resultando em 16,2% do total das importações. Seguido

da Argentina (US\$ 7,97 bilhões) totalizando, até setembro, 14,7% das importações, Estados Unidos (US\$ 6,58 bilhões), Austrália (US\$ 3,73 bilhões) e a Itália (US\$ 2,54 milhões).

Os principais produtos importados pelo Espírito Santo no acumulado de janeiro a setembro de 2019 foram: Hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas (US\$ 711,66 milhões), representando uma redução de 3,0 p.p. na participação das importações totais em comparação com o mesmo período anterior. Seguido de torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes (US\$ 223,86 milhões), automóveis de passageiros (US\$ 215,35 milhões), outros equipamentos terminais ou repetidores (US\$ 110,44 milhões) e Malta não torrado, inteiro ou partido (US\$ 99,31 milhões).

Por fim, é importante ressaltar a importância econômica dos portos do Espírito Santo, com viés de exportação e incentivo às importações, o que lhe confere um dos mais elevados graus de abertura dentre os estados brasileiros. Em relação à especificidade, apresenta-se como receptor de produtos internacionais e, depois os distribui para os outros estados, justificando a singularidade de certos itens de sua importação frente à estrutura de consumo interna do Estado.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CONJUNTURA

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
CEP: 29075-910 – Tel: (27) 4009-2605

www.grupodeconjuntura.com.br

COORDENAÇÃO GERAL: Profa Dra. Neide César Vargas

COORDENAÇÃO DE ÁREAS: Dr. Daniel Pereira Sampaio, Dr. Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, Dr. Henrique Braga, Dr. Rafael Moraes, Dr. Vinícius Vieira Pereira (professores do Dep. de Economia/UFES).

ELABORAÇÃO DO ITEM POLÍTICA ECONÔMICA: Dr. Fabrício Augusto de Oliveira.

ESTUDANTES QUE ELABORARAM OS ITENS EM DESTAQUE:

Inflação: Beatriz Cintra Pereira, Gabriel Dias, Matheus Motta;

Nível de Atividade: Isabela Heloísa Ribeiro, Letícia Barros de Aguiar, Livia Sabioni, Paulo Octavio da Silva G.;

Empregos e Salários: Gisele Paiva Furieri, Henrique Castilho, Otávio Luis Barbosa, Paola Scheidegger Fregona, Ruth Stein;

Política Fiscal: Gabriel dos Santos Cavatti, Rivas Ney Pires de Oliveira Jr., Ohanna Pacheco;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CONJUNTURA

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Goiabeiras, Vitória/ES
CEP: 29075-910 – Tel: (27) 4009-2605

www.grupodeconjuntura.com.br

Setor Externo: Afonso Eugênio Favarato Battisti, Guilherme Pereira Bussular, Nadine de Muner Pattaro, Plínio Natalino Silva.

EQUIPE DE MARKETING

RESPONSÁVEL PELA DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES E DE TODOS OS CONTEÚDOS PRODUZIDOS PELO GRUPO NA FORMA DE TEXTOS, VÍDEOS E CARTAZES:

Membros: Luiz Carlos Santos de Jesus, Maria Gertrudes Delboni, Maynara C. R. Nascimento, Paulo Giovani M. da Cunha.



Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 534, Campus de Goiabeiras
CEP 29075-910, Vitória/ES
Tel: (27) 4009 2605

www.ufes.br
www.economia.ufes.br
www.grupodeconjuntura.com.br

